



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**



ELISANGELA COSTA BARBOSA SILVA

**COLETA SELETIVA COMO POLITICA PUBLICA DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTAVEL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA

2011

ELISANGELA COSTA BARBOSA SILVA



**COLETA SELETIVA COMO POLITICA PUBLICA DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Especialista na Pós
Graduação em Gestão Pública Municipal,
Modalidade de Ensino a Distância, da
Universidade Tecnológica Federal do Paraná –
UTFPR – *Campus Curitiba*

Orientadora: Prof. Maria Lúcia F. Gomes de
Meza.

EDUCAÇÃO À DISTANCIA

CURITIBA

2011



TERMO DE APROVAÇÃO

Coleta Seletiva como Política Pública de Desenvolvimento Local

Por

Elisângela Costa Barbosa Silva

Esta monografia foi apresentada às 17:50 do dia 09 Dezembro de 2011 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho.....

Prof^a. Dr.(a) Maria Lucia F. Gomes de Meza.

UTFPR – *Campus* Curitiba
(orientadora)

Prof. Dr. Moises Francisco Farah Junior
UTFPR – *Campus* Curitiba

Dedico a Deus, minha fortaleza,
À minha família, e a Professora
Maria Lucia F. Gomes de Meza.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Ao meu esposo, pela compreensão, dedicação e incentivo nessa fase do Curso de Pós-graduação e durante toda minha vida. A minha filha, luz da minha vida, razão do meu viver.

À minha orientadora professora Maria Lucia F. Gomes de Meza, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Ensino de Ciências, professores da UTFPR, *Campus* Curitiba, em especial pelo professor Moises Francisco Farah Junior, que contribuiu para finalização deste trabalho.

Agradeço aos tutores presenciais e à distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Nossa maior glória não está em nunca
ter fracassado, mas em levantar
cada vez que fracassamos.”
Ralph Waldo Emerson

RESUMO

SILVA, Elisângela Costa Barbosa. **Coleta Seletiva como Política Pública de Desenvolvimento Local**, 2011. 64 folhas. Monografia de Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

Este trabalho teve como temática as Políticas públicas e Desenvolvimento Local Sustentável vistas como respostas para atender demandas existentes na sociedade, sempre privando pelos direitos fundamentais dos cidadãos. Para isso o processo de formação e gestão das políticas públicas é algo extremamente importante para o desenvolvimento local e do país, para a resolução de problemas sociais. E, diante do atual contexto em que vivemos se faz necessário quebrar paradigmas para concretizar direitos sociais e econômicos por meio de políticas públicas municipais adequadas aos instrumentos administrativos, às características próprias do mercado de consumo local, criando opções de geração de renda, com responsabilidade social, econômica e ambiental. Diante deste contexto, este trabalho tem como objetivo identificar e descrever a estrutura do processo da política pública de coleta seletiva de lixo no município de Goioerê/PR, e como a sua implementação pode efetivar direitos dos cidadãos, com ações direcionadas para beneficiar a coletividade e contribuir para a promoção do desenvolvimento local sustentável. Para tanto, faz, inicialmente, uma discussão teórica sobre as políticas públicas como instrumentos fomentadores do desenvolvimento local sustentável. E, para analisar o caso específico do município de Goioerê (PR), esta pesquisa apresenta como está estruturada a política de coleta seletiva de lixo no município de Goioerê – PR e como ela contribui para o desenvolvimento econômico local sustentável, através da Associação de Tratamento Ambiental de Goioerê (ATA), que realiza a coleta, segregação e disposição de parte dos resíduos sólidos da cidade, buscando também por meio de suas ações, a inclusão social dos coletores de papel, ampliando sua participação no desenvolvimento pessoal, social, econômico e ambiental do município, com ações e operações realizadas de forma eficiente e eficaz. Metodologicamente, esta pesquisa se caracteriza por ser exploratória, descritiva e qualitativa. Ela explora o debate sobre políticas públicas como promotoras de desenvolvimento local sustentável; e descreve e analisa um caso específico, em profundidade: o caso da coleta seletiva de lixo no município paranaense de Goioerê. Os resultados mostram que a coleta seletiva no município de Goioerê como política pública contribui para o desenvolvimento local sustentável por amenizar efeitos maléficos no ambiente além de gerar emprego e renda para parte da população mais carente economicamente. Por outro lado, este programa se torna efetivo por meio da participação da população em conjunto com a administração municipal, que no caso estudado, necessita ampliar o seu papel para alavancar a capacidade de geração de emprego e renda local por meio do maior apoio estrutural e financeiro à ATA.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Sustentabilidade, coleta seletiva, inclusão social.

ABSTRACT

SILVA, Elisângela Costa Barbosa. **Coleta Seletiva como Política Pública de Desenvolvimento Local**, 2011. 64 folhas. Monografia de Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

This study was subject to public policy and sustainable local development seen as responses to meet demands in society, always denying the fundamental rights of citizens. For this, the process of formation and management of public policies is extremely important for local development and the country, to solve social problems. And given the current context in which we live is needed to break paradigms to achieve social and economic rights through policies appropriate to the municipal administrative instruments, the characteristics of the consumer market place, creating options for income generation, social responsibility, economic and environmental. Given this context, this paper aims to identify and describe the structure of the process of public policy for garbage collection in the municipality of Goioerê / PR, and how its implementation may enforce the rights of citizens, with actions aimed to benefit the community and contribute to the promotion of sustainable local development. Therefore, it initially a theoretical discussion of public policy instruments as promoters of sustainable local development. And, to analyze the specific case of the municipality of Goioerê (PR), this study shows how it is structured the policy of selective waste collection in the municipality of Goioerê - PR and how it contributes to sustainable local economic development, through the Association of Treatment Environmental Goioerê (ATA), which performs the collection, segregation and disposal of solid waste of the city, seeking also through their actions, the social inclusion of paper collectors, increasing its participation in personal, social, economic and environment of the city, with actions and operations efficiently and effectively. Methodologically, this research is characterized as exploratory, descriptive and qualitative. It explores the debate on public policies such as promoting sustainable local development, and describes and analyzes a specific case in depth: the case of garbage collection in the city of Parana Goioerê. The results show that the selective collection in the municipality of Goioerê as public policy contributes to the development of sustainable local mitigate harmful effects on the environment and generate jobs and income for part of the economically poorest people. On the other hand, this program becomes effective through the participation of the population together with the municipal administration, which in the case studied, it needs to expand its role to boost the capacity of generating local employment and income through increased structural support and financial support for ATA.

Keywords: Local Development, Sustainability, selective collection, social inclusion.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Fluxo de Coleta Seletiva para Reciclagem..... Pg. 35
- Figura 2 - Localização Geográfica do Município de Goioerê..... Pg. 37
- Figura 3 – Mapa do Paraná destacando a Microrregião da COMCAM..... Pg. 42

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Os tipos de lixo e tempo de Decomposição.....	31
Tabela 2 – Os tipos de lixo que podem ou não ser reciclados.....	32
Tabela 3 – Destino final de resíduo sólido urbano.....	33
Tabela 4 – Número de Estabelecimentos e Emprego por Atividades econômicas de Goioerê em 2010.....	39
Tabela 5 – População economicamente ativa.....	40
Tabela 6 – Produto Interno Bruto.....	40
Tabela 7 – Evolução do PIB (R\$ 1000) da Região	41
Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) – 2000.....	42
Tabela 9 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Região COMCAM– 2000..	43
Tabela 10 - Classificação, acondicionamento e destinação de resíduos gerados no barracão de uma associação de coletores.....	47
Tabela 11 - Classificação, acondicionamento e destinação dos resíduos recolhidos pela Associação de coletores de Goioerê.....	48
Tabela 12 – Quantidade diária de lixo coletado, por unidade de destino final do lixo coletado, para Brasil e Paraná – 2000	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SUA RELEVÂNCIA PARA AS CIDADES	13
2.1 DIFERENÇAS ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	15
2.2 NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE.....	16
2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL E SUSTENTÁVEL	18
2.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL SUSTENTÁVEL E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	19
3 POLÍTICAS PÚBLICAS ORIENTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL SUSTENTÁVEL	21
3.1 CONCEITO E NATUREZA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	22
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.....	26
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.....	27
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS	28
4.1. DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA	29
5. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ.....	36
5.1 LOCALIZAÇÃO E DADOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ/PR.....	36
5.2. O PROCESSO DE COLETA SELETIVA DE LIXO NO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ	45
5.3 A COLETA SELETIVA DE LIXO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM GOIOERÊ/PR.....	49
6 CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	57
Referencias complementares:	60

1 INTRODUÇÃO

Os debates sobre sustentabilidade e responsabilidade social são considerados atualmente um grande desafio para a sociedade, que necessita da sua inserção nas práticas diárias da gestão privada e pública. Embora já se tenham vários exemplos práticos de gestão socialmente responsável, ainda há muito que ser feito nesse sentido.

Diante do novo padrão de produção e consumo da população, tem ocorrido uma grande preocupação com as questões ambientais, trazendo enormes desafios para os gestores públicos, o que leva a um debate da importância de ações do governo, que necessita estabelecer e exercer ações sustentáveis para motivar a iniciativa privada, trabalhando em parceria com a mesma, que deve demonstrar a preocupação em desenvolver ações sustentáveis de desenvolvimento.

É importante que o processo de desenvolvimento local sustentável possua a associação de conceitos ligados à gestão de projetos públicos que devem expressar o compromisso efetivo de todos os gestores e indivíduos da sociedade de forma permanente e estruturada. Diante do exposto e, dado o interesse de analisar um caso específico no município paranaense sobre a coleta seletiva de lixo, a questão que colocamos aqui é a seguinte: Como está estruturada a política de coleta seletiva de lixo, no município de Goioerê, e qual é a sua contribuição para o desenvolvimento econômico local sustentável?

Nesse sentido, o presente trabalho de pesquisa tem como objetivo identificar e descrever a estrutura do processo da política pública de coleta seletiva de lixo no município de Goioerê, e como a sua implementação pode efetivar direitos dos cidadãos, com ações direcionadas para beneficiar a coletividade e contribuir para a promoção do desenvolvimento local sustentável.

Para tanto, este trabalho está dividido em seis partes. Após esta introdução, na segunda parte faz-se um recorte teórico sobre a importância do desenvolvimento local sustentável para as cidades, discute-se a diferença entre o crescimento e desenvolvimento econômicos, demonstrando que o primeiro não significa necessariamente o avanço do segundo. Posterior, apresentam-se noções de sustentabilidade e o processo de desenvolvimento local sustentável, através da formulação de políticas públicas. Estas, para promoverem desenvolvimento econômico de forma sustentável devem ser compromissadas com as relações entre

o desenvolvimento, avanços econômicos e o equilíbrio do meio ambiente. Na terceira parte destaca-se o conceito e a natureza das políticas públicas, e como as mesmas podem ser orientadas como instrumento de desenvolvimento econômico local sustentável. Em seguida são apresentados os aspectos metodológicos e, posteriormente, na quinta parte faz-se a análise do estudo de caso. Esta pesquisa tem como objeto de estudo a análise do programa de coleta seletiva de lixo, no município de Goioerê, como política pública. Para descrever este programa como uma ação de política pública, são apresentados os dados econômicos, demográficos e políticos do município de Goioerê/PR como fatores motivacionais; depois descreve o processo de coleta seletiva de lixo realizado pela Associação de Tratamento Ambiental (ATA) e por fim, analisa-se se esta política pública é capaz de gerar desenvolvimento local sustentável. E, na sexta e última parte, são apresentadas as considerações finais.

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SUA RELEVÂNCIA PARA AS CIDADES

Este capítulo tem como finalidade apresentar uma discussão teórica sobre a noção de desenvolvimento econômico local, sustentabilidade e políticas públicas, visando compreender o papel das mesmas orientadas para que ocorra o desenvolvimento econômico local sustentável, ou seja, corresponde ao desenvolvimento que ocorre quando há o desenvolvimento econômico, social e ambiental, conjuntamente.

Desta forma o capítulo está dividido em quatro subseções, sendo que o item 2.1 trata sobre as diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, considerando que a ocorrência do crescimento econômico não significa um avanço paralelo das condições de vida da maior parte da população. O item 2.2 trata sobre noções de sustentabilidade, para entender se uma política de desenvolvimento é ou não sustentável, e no item 2.3 discute sobre o desenvolvimento econômico local sustentável e sobre como uma cidade pode aproveitar seus pontos fortes para potencializar resultados positivos de desenvolvimento local. Já o item 2.4 trata sobre o desenvolvimento econômico local e a conservação ambiental, a fim de entender que uma sociedade é sustentável quando cresce e se desenvolve poupando os recursos naturais, sem comprometer as gerações futuras.

Diante do desenvolvimento dos países pobres e com a evolução tecnológica, ocorreu um crescimento econômico a partir do final da década de 60, e de acordo com Cunha (1992) surge a necessidade de se criar formas alternativas de desenvolvimento contra a exclusão econômica e política, uma vez que foi constatado que apesar de toda revolução tecnológica e do crescimento econômico não ocorreu um avanço paralelo das condições de vida da maior parte da população mundial. Ocorre então um foco mais aprofundado das condições da sociedade civil, buscando estabelecer agendas políticas baseadas em movimentos sociais, fugindo do modelo tradicional de política partidária.

De acordo ainda com a autora, no decorrer das décadas surgiram vários movimentos em busca de alternativa para o desenvolvimento dos países pobres, envolvendo aspectos econômicos, sociais e de meio-ambiente, apoiados por programas da Organização das Nações Unidas (ONU) para o meio ambiente e o desenvolvimento, focados no desenvolvimento auto-sustentado, orientado para a

satisfação das necessidades e eliminação da miséria, implementado em harmonia com o meio ambiente e apoiado em transformações estruturais e nas forças próprias de cada sociedade.

Para Cunha (2002) a discussão sobre os modelos alternativos de desenvolvimento surge após os debates sobre a exclusão, um tema relevante para a agenda política de toda sociedade, principalmente diante de mudanças na organização do capitalismo, que resultaram em marginalização de um grande número de pessoas, consideradas pobres e sem direito a participação política e econômica, pois eram considerados como grupos de efeitos negativos sobre a acumulação de capital, atrasando a modernização, pois os pobres significam muitos gastos em serviços públicos sem apresentarem produtividade em troca.

Cunha (2002) nos diz que a chamada “terceira revolução industrial”, ocorrida a partir da década de 1980 teve início com a abertura das fronteiras econômicas e com as mudanças tecnológicas em um processo de globalização que trouxe profundos impactos para o mundo do trabalho, traduzidos inclusive como o desemprego, ou ainda a precarização das condições de trabalho, como ilegalidades, situações de subemprego que levam ao processo de exclusão econômica e política. Diante do exposto surgem debates sobre modelos de desenvolvimento alternativo, capazes de garantir uma democracia inclusiva e participativa e um crescimento econômico justo e apropriado, tanto em termos sociais quanto ambientais.

As questões que envolvem o desenvolvimento de uma sociedade devem ser de caráter essencial, pois abrangem aspectos relacionados à economia, ao social e à qualidade de vida da população, e é nesse contexto sobre possibilidades e limites de um desenvolvimento alternativo, que segundo Cunha (2002) tem se multiplicando experiências locais, com apoio de agentes externos, mas com papel ativo na reconstrução do espaço público dos chamados excluídos, que pressionam por políticas que sustentem um desenvolvimento alternativo, sendo que as formas de resistência à pobreza e à exclusão acontecem em lutas cotidianas por sobrevivência e podem ser diversas.

Mas as questões que mais interessam para este discurso são as que enfatizam relações de reciprocidade e cooperação, com caráter expressamente coletivo, onde um grupo de pessoas se junta, unem forças, alocam recursos e unidos transformam a realidade local, buscando por uma participação ativa, a fim de reivindicar direitos básicos ou solução de demandas imediatas, podendo originar um

empreendimento econômico coletivo, baseado em relações de trabalho associativas ou cooperativistas, dando origem a formas alternativas de geração de trabalho e renda, multiplicada à margem do mercado de trabalho formal, constituindo a chamada economia popular ou economia do trabalho.

2.1 DIFERENÇAS ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O crescimento econômico de uma sociedade não é o único aspecto que deve ser considerado para ocorrer o desenvolvimento econômico, pois segundo Veiga (2005) o desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, que constitui apenas uma condição para que o mesmo ocorra, mas não suficiente para sua consolidação, e utilizando as palavras de Celso Furtado¹ (VEIGA, 2008, p. 9) “só haverá desenvolvimento, quando houver um projeto social subjacente”, convém dizer que desenvolvimento depende de uma cultura que necessita de um projeto, que não pode ser limitado a aspectos sociais e bases econômicas apenas, pois deve considerar as relações complexas que estão para acontecer envolvendo o relacionamento humano com a evolução da biosfera, diretamente afetada pelas ações do ser humano.

Segundo o autor com a publicação do primeiro relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas (PNUD)² para o Desenvolvimento, em 1990, buscou-se encerrar o discurso de que desenvolvimento e crescimento econômico têm paridade, pois considera aspectos mais relevantes que vão além da renda *per capita* da população (utilizado para medir o crescimento econômico), e que através do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH introduziu em todo o mundo o conceito de desenvolvimento humano sustentável, que promove a adoção de políticas públicas cujo foco está voltado às pessoas, e busca-se medir a expectativa de vida ao nascer, educação, além do PIB *per capita*.

¹ Nascido em Pombal na Paraíba em 1920, formado em Direito, especializou-se em Economia, e exerceu a função de professor e homem público, buscando entender o Brasil e as raízes do Subdesenvolvimento elaborou a teoria do desenvolvimento.

² É a rede global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, presente em 166 países, seu mandato central é o combate à pobreza. Trabalhando ao lado de governos, iniciativa privada e sociedade civil, o PNUD conecta países a conhecimentos, experiências e recursos, ajudando pessoas a construir uma vida digna e trabalhando conjuntamente nas soluções traçadas pelos países-membros para fortalecer capacidades locais e proporcionar acesso a seus recursos humanos, técnicos e financeiros, à cooperação externa e à sua ampla rede de parceiros.

Segundo dados do PNUD, o IDH foi criado pelo professor Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998, visando mensurar o desenvolvimento de uma população com uma visão mais abrangente e não apenas a acumulação de riquezas, como propósito do desenvolvimento. Para aferir o grau de desenvolvimento humano sustentável de uma sociedade, o PNUD utiliza o IDH, que deixa de considerar apenas como critério a renda dos indivíduos, que pode apontar crescimento econômico, mas não que o mesmo tenha ocorrido de forma igualitária e com paridade no acesso aos bens de consumo e benefícios básicos como saúde e educação.

2.2 NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

De acordo com Acsehrad (1999), a sustentabilidade vai depender de como a sociedade se adapta as condições de cuidados com a vida ecológica e como fazer um bom uso dos recursos naturais, levando em consideração os aspectos sociais, ambientais e econômicos, e, que para ser sustentável deve reforçar a inclusão social, conservar e preservar o meio ambiente e ser economicamente sustentado no tempo.

Diante disso a noção de sustentabilidade vem ocupando espaço crescente nos debates sobre desenvolvimento e de acordo com este autor desde que o Relatório Brundtland a lançou no debate público internacional, em 1987, surgiram diversas matrizes discursivas associadas à noção de sustentabilidade, podendo destacar entre elas, a matriz da eficiência, que busca combater o desperdício da base material do desenvolvimento, propondo um limite quantitativo ao crescimento econômico e sua pressão sobre os recursos ambientais. O princípio de equidade que articula princípios de justiça e ecologia, da auto-suficiência, que visa desvincular economias nacionais de outras de caráter dominante assegurando capacidade de auto-regulação do desenvolvimento, o princípio da ética que inscreve apropriação social do mundo material em um debate onde evidencie interações entre o desenvolvimento e as condições de vida no planeta.

A visão de sustentabilidade deve abranger a noção da ocorrência de um progresso consciente, centrado em questões sociais e de consumo controlado dos recursos, capaz de envolver toda sociedade civil, transformando as bases de transformação e consumo dos bens.

Mas para Acselrad (1999) a sustentabilidade ainda é um princípio em evolução, com um conceito infinito, a ser explorado e pesquisado, pois o desenvolvimento sustentável seria um dado objetivo ainda em estudo, a ser desenvolvido a partir de uma construção social, o que explica porque diversas representações e valores estão sendo associados à noção de sustentabilidade, já que a mesma pode ser encarada de maneira legítima como a transformação de idéias em ações práticas que busquem efeitos sociais desejados, através de processos de legitimação/ deslegitimação dessas ações e de seus atores sociais, efetivando diferentes práticas e formas sociais compatíveis ou portadoras de sustentabilidade.

Porém para o autor só é possível afirmar que algo ou alguma prática social é sustentável após recorrer a uma comparação de atributos entre dois momentos situados no tempo: entre passado e presente, entre presente e futuro, considerando então como sustentáveis as práticas pretendidas compatíveis com a qualidade futura desejada. A relação entre um presente conhecido e um futuro desconhecido e desejável traz a noção de sustentabilidade para um campo de causalidade teleológica, definida como: “(...) que tem como causa suficiente de um comportamento, um acontecimento que contém em sua descrição a exigência de que um outro acontecimento, chamado seu fim, aconteça” (COSTA, 1994 *apud* ACSELRAD, 1999).

Portanto, Acselrad (1999) afirma que a causa é definida pelo fim, a ordem de seqüência dos acontecimentos está inserida em uma condição antes definida como causa, sendo então sustentável hoje o conjunto de práticas portadoras da sustentabilidade no futuro. Mas sustentabilidade requer autoridade e legitimidade e, para o autor, estes são atributos decisivos para todos os atores que disputam o poder de definir o que é sustentável, o que não significa que questão esteja resolvida, pois depende da maneira como estes atores elaboram seus discursos alternativos sobre a questão.

Segundo o autor o desenvolvimento das cidades associado à noção de sustentabilidade se origina em rearticulações políticas, pelas quais um grupo de atores sociais envolvidos no processo de produção do espaço urbano busca a legitimidade e perspectivas das políticas a fim de evidenciar sua compatibilidade com os propósitos que visam dar durabilidade ao desenvolvimento, cumprindo princípios sobre desenvolvimento e o meio ambiente.

É necessário considerar em um debate sobre políticas urbanas, as questões ambientais pertinentes ao processo de desenvolvimento local de forma sustentável, considerando a grande concentração populacional nas cidades.

Conduzir as cidades para um futuro sustentável significa então “promover a produtividade no uso dos recursos ambientais e fortalecer as vantagens competitivas” (DURAZO, 1997, p.51 *apud* ACSERALD, 1999). Assim a sustentabilidade é capaz de oferecer oportunidade para legitimar a criação de novas instâncias governativas e regulatórias voltadas para o tratamento da questão ambiental, não podendo deixar de associar o recurso à noção de sustentabilidade urbana com estratégias de implementação de uma cidade sustentável.

2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL E SUSTENTÁVEL

Para que se alcance uma cidade sustentável, Buarque (1999) nos afirma que deve ocorrer uma transformação nas bases econômicas e organizacionais locais por meio de um processo de dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida das pessoas em pequenas unidades territoriais, chamado de desenvolvimento local, que busca mobilizar as forças e potencialidades específicas de um grupo de indivíduos de determinada sociedade. Para que esse processo seja consistente e sustentável, o desenvolvimento deve reforçar oportunidades sociais e viabilizar a competitividade econômica local, proporcionando aumento na renda e a conservação dos recursos naturais.

Segundo o autor, dentro do contexto de globalização e intenso processo de transformação do meio ambiente o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla, com a qual interage se tornando um movimento com forte conteúdo interno, recebendo influências e pressões positivas e negativas, representando de alguma forma uma integração econômica com todo contexto regional e nacional. O desenvolvimento local se associa com iniciativas inovadoras e de mobilização da coletividade, de forma a articular potencialidades locais de acordo com as condições apresentadas no contexto, fazendo com que a sociedade busque suas características específicas e suas melhores qualidades, se especializando em campos em que possui vantagem comparativa em relação às outras regiões.

Considerando o que nos diz Buarque (1999) o desenvolvimento local é um processo endógeno ao qual geralmente as experiências bem-sucedidas decorrem

de um ambiente político e social favorável, onde há forte mobilização e convergência importante dos atores sociais municipais e da comunidade, focalizando certas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento, representando desta forma a vontade conjunta da sociedade, dando sustentação e viabilidade política para iniciativas e ações que serão capazes de organizar e dinamizar a transformação da realidade.

Para este autor, mesmo quando decisões externas, políticas ou econômicas apresentam papel decisivo na reestruturação sócio-econômica de um município ou localidade, a mobilização e iniciativa de atores locais em prol de um projeto coletivo é de grande responsabilidade para o desenvolvimento local, a fim de desencadear aumento de oportunidades, dinâmica da economia e aumento da qualidade de vida de forma sustentável, logo o desenvolvimento municipal é um caso particular de desenvolvimento local, ao qual possui uma amplitude de espaço delimitada por um corte político-administrativo.

Buarque (1999) nos afirma que o desenvolvimento local sustentável exige debates e reflexões no cenário político e técnico científico sobre modelos e alternativas de desenvolvimento capazes de enfrentar desafios e problemas econômicos, sociais e ambientais enfrentados pela sociedade. Os esforços para que ocorra o desenvolvimento local e municipal necessita ter um caráter de sustentabilidade, a fim de assegurar a permanência e a continuidade dos avanços e melhorias na qualidade de vida, organização econômica e conservação do meio ambiente no médio e longo prazo.

2.4 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO LOCAL SUSTENTÁVEL E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Buarque (1999) nos traz a definição clássica de desenvolvimento sustentável utilizada por Brundtland³: *“aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”*. Segundo o autor esta formulação é uma resposta aos problemas e desigualdades sociais e uma resposta ao processo de degradação ambiental capaz de alcançar o desenvolvimento econômico, social, científico e

³ Brundtland: Gro Harlem Brundtland é a ex-primeira-ministra da Noruega, que presidiu a CMMAD - Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987.

cultural das sociedades garantindo mais saúde, conforto e conhecimento, sem exaurir os recursos naturais do planeta, de forma a satisfazer as necessidades da população sem limitar oportunidades para gerações futuras.

Considerando que parte dos recursos naturais não é renovável e se esgota com a exploração econômica, e que mesmo os renováveis se explorados intensamente e de forma desenfreada e inconsciente, superior ao seu próprio ritmo de auto-reprodução, também podem se esgotar, provocando uma desorganização do meio ambiente, levando, no futuro, a um corte de possibilidades de desenvolvimento, comprometendo a qualidade de vida da população.

De acordo com Buarque (1999) o processo de degradação apresenta uma escala mundial criando uma força do sentimento de solidariedade entre os povos, pois as formas insustentáveis de agressão ao meio ambiente locais contribuem para a deterioração geral da natureza e sobrevivência no planeta, fazendo a dimensão ambiental transformar-se em problema global altamente importante. E, para Souza (1994 *apud* BUARQUE, 1999), o desenvolvimento sustentável parte de uma nova perspectiva de desenvolvimento se estruturando sobre dois tipos de solidariedade: sincrônica, que se preocupa com a geração atual e diacrônica, em relação às gerações futuras. Outro autor que coaduna com tal noção é Sachs (1990 *apud* BUARQUE, 1999) ao afirmar que o bem-estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras.

“O *desenvolvimento local sustentável* é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o *crescimento e a eficiência econômicos*, a *conservação ambiental*, a *qualidade de vida e a equidade social*, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações” (BUARQUE, 1999, pg. 31).

O conceito apresenta três grandes conjuntos que se interligam com características e papéis diferentes no processo do desenvolvimento:

a) o modelo de desenvolvimento deve ter como objetivos centrais a elevação da qualidade de vida e a equidade social que deve constituir e orientar o propósito final do esforço pelo desenvolvimento;

b) para se elevar a qualidade de vida com equidade, de forma sustentável e continuada, o crescimento econômico são pré-requisitos fundamentais;

c) conservar o meio ambiente é uma condição determinante para a sustentabilidade do desenvolvimento, para assegurar qualidade de vida de gerações futuras e equidade social sustentável e contínua no tempo e no espaço.

Logo seguindo o que nos diz Buarque (1999, pg. 32),

“O desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo que leva a um continuado *aumento da qualidade de vida* com base numa *economia eficiente e competitiva*, com *relativa autonomia das finanças públicas*, combinado com a *conservação dos recursos naturais e do meio ambiente*”.

Desta forma o autor nos afirma que o desenvolvimento sustentável é uma transição para um estilo renovado que envolve a organização da economia, da sociedade e de suas relações com a natureza, criando um cenário favorável para a equidade social e conservação ambiental. Mas esse processo de mudança no estilo de desenvolvimento é uma meta a médio e longo prazo, pois necessita de uma reorientação das bases de desenvolvimento, a fim de que seja sustentável, abrangendo três componentes que constituem o desenvolvimento da sociedade, sendo: **padrão de consumo da sociedade, base tecnológica dominante no processo produtivo e estrutura de distribuição de rendas**⁴, cada um com sua própria lógica e autonomia.

Segundo ainda o autor para que a política pública seja efetiva é imprescindível a participação e integração do cidadão na vida política e social a fim de dar continuidade as decisões, pois contribui para a qualidade de vida da população, representando um objetivo adicional no processo de desenvolvimento sustentável, pois se reflete na realização humana e socialização.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS ORIENTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL SUSTENTÁVEL

Neste capítulo faz-se uma discussão teórica sobre o conceito e natureza das políticas públicas e como elas podem ser instrumentos para o desenvolvimento econômico local de forma sustentável. Para tanto, ele está estruturado em três subseções, sendo que o item 3.1 traz o conceito e natureza das políticas públicas,

⁴ Grifo nosso.

mostrando que elas servem para atender demandas identificadas da sociedade. O item 3.2 apresenta as políticas públicas como instrumentos de desenvolvimento local sustentável. Por fim, o item 3.3 complementa apresentando as políticas públicas para o desenvolvimento local sustentável.

3.1 CONCEITO E NATUREZA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para entender o que são as políticas públicas Teixeira (2002) define como:

“Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.” (TEIXEIRA, 2002, p.2).

Diante do exposto pelo autor é possível dizer que as políticas públicas devem traduzir em seus resultados as formas de exercício do poder político, por meio do processo de elaboração e implantação, abrangendo a distribuição e redistribuição de poder, o conflito social exercido nos processos de decisão, repartição de custos e benefícios sociais. Porém, nem sempre há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Para que se obtenha eficácia e legitimidade com aplicação das políticas públicas e para que haja um mínimo de consenso são necessárias mediações sociais e institucionais, pois há uma relação social envolvendo vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios.

É importante dizer que a elaboração de uma política pública significa definir sobre quem decide o quê, quando, quais as conseqüências e para quem; e, para Teixeira (2002), a presença ativa da sociedade civil em questões de interesse geral leva a tornar público todos os atos que tratam de recursos públicos diretos. As políticas públicas se cumprem em um campo onde se cruzam interesses e visões de mundo conflitantes entre o público e o privado, logo, há importância em ocorrer o debate público e a transparência no processo de sua elaboração em espaços públicos.

Diante das demandas identificadas e apontadas da sociedade se fazem necessários definir mecanismos e ferramentas para o enfrentamento das mesmas, visando o bem comum e atender as camadas mais necessitadas, para isso Teixeira

(2002) define o objetivo das políticas públicas como uma resposta as demandas, principalmente de setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis.

Segundo o autor as demandas normalmente são interpretadas pelos gestores que ocupam o poder, sob a influência de uma agenda criada na sociedade civil pela pressão e mobilização social; e buscam ampliar e efetivar os direitos dos cidadãos reconhecidos institucionalmente. Outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda, e outras servem ainda para regular os conflitos ocorridos entre diversos atores sociais que necessitam de mediação.

As políticas possuem uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo dos que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação (TEIXEIRA, 2002)

Segundo Teixeira (2002), para que o processo de formulação de políticas públicas ocorra de forma participativa pela sociedade civil são necessários quatro aspectos.

O primeiro diz respeito à identidade, ou seja, as iniciativas de propostas de políticas públicas devem responder questões importantes no processo de formação da identidade coletiva de atores sociais.

O segundo aspecto refere-se às Plataformas Políticas. As políticas públicas expressam o sentido do desenvolvimento histórico-social dos atores sociais na disputa para construir a hegemonia.

Já as mediações Institucionais constituem o terceiro aspecto de uma política pública participativa, que devem traduzir mediações entre interesses e valores dos diversos atores nos espaços públicos para negociar soluções para a sociedade ou grupos sociais.

O quarto e último aspecto é a Dimensão Estratégica. As políticas públicas diretamente ligadas ao modelo econômico e à constituição de fundos públicos assumem aspecto estratégico, quando se constituem referência e base para a definição de outras políticas ou programas em determinadas áreas.

Ainda sobre as afirmações de Teixeira é necessário considerar, ao se definir as opções estratégicas, o cenário atual com as inovações tecnológicas, a reestruturação produtiva e os seus efeitos sobre o emprego e o agravamento das

desigualdades sociais, a fim de se buscar alternativas redirecionadas para geração de emprego de forma a tornar os cidadãos ativos e inseridos na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento da mesma e individual.

Em relação às competências municipais, Teixeira (2002) nos diz que cada esfera de governo possui suas responsabilidades e encargos, que são as competências para realizar sua gestão, sendo as mesmas definidas na Constituição Federal (CF) de 1988. No caso dos municípios, as competências detalhadas nas Leis Orgânicas, expressam ampla autonomia na definição de suas políticas e na aplicação de recursos e são denominadas competências privativas ou exclusivas, conforme o exposto no artigo 30 da CF de 1988⁵. Por outro lado, o município também tem o poder de regular determinadas matérias, conforme as peculiaridades locais e, em caso de omissão de outra esfera, desde que não seja competência exclusiva, pode preencher a lacuna.

De acordo com Teixeira (2002) as áreas de assistência social, meio ambiente, habitação, saneamento, produção agropecuária, abastecimento alimentar, educação e saúde são de competências comuns ao município com cooperação da União e Estado por meio de transferência de recursos e cooperação técnica, e são alvos de políticas públicas locais, pois mesmo sem uma definição clara, o município possui suas competências.

Diante disso um dos problemas a ser enfrentado é a disposição de recursos, pois com o processo de descentralização ocorre a transferência de encargos municipais, sem a contrapartida dos recursos necessários, surgindo, por conseguinte, as chamadas transferências negociadas, que consideram posição política, prestígio e o vínculo partidário.

Assim, considerando Teixeira (2002) o ato de propor, formular e participar da gestão de alternativas de políticas públicas é um desafio de grande porte para toda sociedade civil, sendo possível com a devida distribuição e alocação dos recursos públicos e composição do poder público.

O emprego do termo política pública pode ser utilizado de diversas formas, dependendo da área com a qual está relacionada. Neste sentido, para Queiroz (2007), no meio político, “a política é a arte de tornar real o que é possível”, pois a mesma se utiliza das necessidades explícitas ou implícitas, para tornar real ou

⁵ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Capítulo IV, art. 30.

possível, através de diretrizes e ações, que irão levar ao alcance de algo desejado pela população, de interesse social, político e/ ou econômico. Transformar um problema em uma demanda é um desafio dos atores políticos, a fim de se buscar desenvolver políticas públicas que visam buscar a solução para o problema apresentado, que precisa ter importância social e interesse político suficiente para que seja definido como prioridade na agenda política.

Ainda segundo o autor os problemas sociais são a razões de ser das políticas públicas, que devem funcionar como ferramentas de ação do governo, que orientados pelos princípios constitucionais, devem elaborar as mesmas para atender anseios da sociedade, principalmente aqueles que garantam os direitos fundamentais de cada cidadão.

A definição e a formulação das políticas públicas ocorrem no Poder Executivo, pelos órgãos relacionados à Administração Direta, que segundo Queiroz (2007), integra a estrutura da governadoria/gabinete e das secretarias, definido pelo autor como núcleo burocrático, responsável por legislar, tributar, garantir a segurança e estabelecer as políticas públicas, de forma que seja assegurada sua implementação correta, em benefícios de todos e não apenas de grupos de interesse, pois a efetividade da política pública é atender os interesses da sociedade de forma geral.

Por outro lado, com a finalidade de exercer o controle social sobre a formulação e o desenvolvimento das políticas públicas, o conceito de *accountability*, segundo Queiroz (2007), diz respeito à avaliação de resultados e à responsabilização dos governantes por seus atos. Ele está ligado ao controle social das políticas públicas, que pode ocorrer de forma externa ou interna, sendo que a primeira é a ação fiscalizadora da população sobre a administração pública, que ocorre através de seus representantes (poder legislativo).

Ainda para Queiroz (2007) a segunda forma de controle é estabelecida pelo art.74 da CF de 1988⁶, e deve existir para que o poder do controle externo possa atuar. Há ainda na administração pública o controle judicial, exercido pelo Poder Executivo para proteger os cidadãos de atos da própria Administração Pública. Para Queiroz (idem) é importante salientar que além dos controles constitucionais exercidos por órgãos com essa atribuição, é necessário criar mecanismos que

⁶Constituição Federal Brasileira de 1988 institui o **Art. 74.** que diz: Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno;

desenvolva a participação efetiva da sociedade nos processos de formação e gestão das políticas públicas, principalmente no que diz respeito à avaliação dos resultados das mesmas, uma vez que são desenvolvidas para atender demandas e solucionar problemas da população.

3.2 POLITICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Nas últimas três décadas ocorreram intensos debates a cerca do Desenvolvimento Sustentável e uso responsável do meio ambiente e segundo Stadler e Maioli (2011), as políticas públicas são resultados de ações do poder público dentro do conceito de democracia.

Para os autores, as políticas são, de uma forma simplificada, os planos de governo e programas de ação governamental, que o governo decide ou não fazer dentro de um mandato, objetivando a solução de problemas identificados na sociedade local, aos quais se buscam definir diretrizes e metas ao longo de um período, cabendo ao governo local garantir direitos básicos e fundamentais dos cidadãos, dispostos na Constituição Federal, através da elaboração e implementação de ações que irão realizar a política a ser instituída.

As políticas públicas estão relacionadas com fins públicos, de acesso a toda população, permitindo também a participação de *stakeholders*⁷ no debate da formulação da política, pois é necessária a parceria entre poder público e iniciativa privada para ocorrer o desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, ao se definir políticas ambientais, ocorre um debate onde se busca minimizar impactos ambientais decorrentes dos avanços econômicos e de produção de bens de consumo, levando a decisões políticas ambientais que visam formular e aplicar ações diárias pelos agentes públicos e privados e com a participação da sociedade, a fim de reduzir o impacto no meio ambiente e proporcionar qualidade de vida. Portanto define-se política pública ambiental como: “conjunto de objetivos, diretrizes e instrumentos de ação, que o poder público dispõe

⁷ O termo stakeholder em inglês, significa “stake”, interesse; e “holder”, aquele que possui. Na prática são todos aqueles que influenciam uma empresa. São os interessados pelos projetos, gerenciamento, mercado e produtos de uma empresa. São os colaboradores, funcionários, clientes, consumidores, planejadores, acionistas, fornecedores, governo e demais instituições que direta ou indiretamente interfira nas atividades gerenciais e de resultado de uma organização. É qualquer indivíduo ou entidade que afete as atividades de uma empresa.(SCRIDB.COM)

para produzir efeitos desejáveis sobre o meio ambiente” (BARBIERI, 2007 p.100 *apud* STADLER E MAIOLI, 2011, p. 125).

Diante do exposto pode-se dizer que o poder público faz uso de instrumentos e diretrizes previamente definidas para minimizar efeitos negativos e alcançar efeitos benéficos específicos em relação ao meio ambiente, buscando um desenvolvimento que seja sustentável, atendendo anseios da sociedade e preservando os recursos naturais.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

As políticas públicas para ocorrer de fato dependem dos atores sociais envolvidos em sua formulação, nas tomadas de decisão, na implementação e na avaliação das mesmas. Para isso, é necessário, além de implementar, exercer um controle e monitoramento, para que as decisões, diretrizes e instrumentos sejam aplicados de forma a apontar respostas positivas aos problemas levantados, aos quais se pretende atuar.

“A implementação, portanto, compreende o conjunto dos eventos e atividades que acontecem após a definição das diretrizes de uma política, que incluem tanto o esforço para administrá-la, como seus substantivos impactos sobre pessoas e eventos.” (RUA, 2009, p. 94)

Portanto as políticas públicas definidas e elaboradas para atender demandas dos municípios, de acordo com a autora, devem ser compreendidas por um conjunto de ações e decisões realizadas por um grupo de pessoas ou por indivíduos ligados a administração pública e privada do município, com a finalidade de realizar a política previamente definida; em outras palavras, consiste em fazer com que a política saia do papel e aconteça efetivamente.

Em se tratando de preservar os recursos naturais não é possível fazê-lo sem melhorar as condições de vida da população. Baseado nisso o desenvolvimento sustentável busca melhorar as condições de moradia, vestuário, alimentação, saúde, água, saneamento básico, visando vários aspectos de desenvolvimento, e não apenas o crescimento econômico.

Diante disso, Sant'ana (2010) afirma que as políticas públicas devem atuar dentro deste contexto, com o objetivo de reduzir as condições de pobreza, provendo meios de subsistir dos indivíduos através de uma vida mais segura e permanente, buscando minimizar a exaustão de recursos naturais e degradação do meio ambiente, sem o desgaste cultural e instabilidade social. Para isso Moreira (2007, *apud* SANT'ANA, 2010) nos diz que para implantar uma estratégia de desenvolvimento local, um dos principais requisitos é rever os instrumentos de poder público, facilitando as instâncias de governo em seus três níveis: municipal, estadual e nacional, através de projetos de política pública atrelados as articulações necessárias para implementar as políticas definidas.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Considerando que o objetivo desta pesquisa é descrever o processo de coleta seletiva de lixo no município de Goioerê/PR como política pública de geração de renda e desenvolvimento local sustentável; este trabalho se caracteriza, em termos de abordagem do problema, como pesquisa qualitativa uma vez que pretende analisar, de forma aprofundada, a implantação da política de coleta seletiva de lixo no município de Goioerê.

Ademais em relação à finalidade da pesquisa, ela é exploratória por explorar os conceitos de políticas públicas de desenvolvimento local sustentável; e descritiva, pois se pretende descrever a política de coleta seletiva do lixo do município de Goioerê como política pública de desenvolvimento local sustentável.

O desenvolvimento deste trabalho de pesquisa divide-se em duas importantes fases. Na primeira fase, apresentou-se uma discussão teórica sobre o papel das políticas públicas como instrumentos de desenvolvimento econômico local sustentável baseado em pesquisas bibliográficas, a partir dos conceitos de desenvolvimento econômico local, sustentabilidade e políticas públicas e, para tanto, utiliza-se como um procedimento de pesquisa o levantamento bibliográfico.

Na segunda fase, realiza-se uma pesquisa de campo e documental, levantando informações do município de Goioerê sobre a formulação de políticas municipais orientadas ao desenvolvimento sustentável, particularmente se pretende analisar o caso da coleta seletiva de lixo municipal. Neste caso, os procedimentos de

pesquisa utilizados são: pesquisa de campo e estudo de caso, cujo objeto analisado é o município de Goioerê, no Paraná.

A descrição do estudo de caso parte do mapeamento das condições sócio-econômico-ambientais do município em análise, que é feito a partir do levantamento de informações publicadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Esta ação caracteriza o uso de pesquisa de terceiros, constituindo o uso de fontes secundárias de dados. E para identificar as políticas de desenvolvimento local sustentável, realizou-se uma entrevista estruturada (ver roteiro de entrevista no Anexo 1) com o representante da Associação de Tratamento Ambiental de Goioerê (ATA), Sr. Valdecy Cruzeiro, no dia 11 de setembro de 2011.

A ATA está localizada na Rua Rio Azul, S/n, Bairro Santa Casa no município de Goioerê/PR; e a finalidade de coletar dados em um ambiente natural com foco na interpretação dos fenômenos para atribuir seus significados possibilita uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito.

4.1. DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA

Nesta pesquisa, considera-se como o universo o Estado do Paraná, que possui 399 municípios, e destes; 124 (o equivalente a 31% do total dos municípios) ainda despejam os resíduos em lixões a céu aberto (SUSIN, 2007). Este percentual é pequeno se comparado ao percentual nacional, pois de acordo com dados do site do Instituto Akatu⁸, 88% dos municípios brasileiros não têm aterro sanitário e as cidades que tem, gastam cerca de R\$ 4,6 bilhões para mantê-los.

Escolheu-se o Estado Paranaense como universo da pesquisa, pois é a região do País que possui a cidade de Curitiba como referência de coleta de lixo seletiva de resíduos sólidos para as demais cidades. Na cidade de Curitiba, os

⁸ O Instituto Akatu é uma organização não governamental sem fins lucrativos que trabalha pela conscientização e mobilização da sociedade para o Consumo Consciente. Tem como missão: Mobilizar as pessoas para o uso do poder transformador dos seus atos de consumo consciente como instrumento de construção da sustentabilidade da vida no planeta.

resíduos sólidos são recolhidos por caminhões conhecidos como 'Lixo que não é Lixo' e por pessoas que trabalham informalmente e ganham a vida com a coleta dos resíduos (SUSIN, 2010). Segundo a autora para tentar reduzir o número de lixões, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Híbridos do Estado do Paraná (SEMA) lançou o programa 'Desperdício Zero', com a pretensão de reduzir em 30% o volume de lixo gerado até 2012, sendo que já foram investidos R\$ 6,5 milhões na construção de aterros sanitários em 57 municípios, (SUSIN, 2010).

Pesquisas apontam que a primeira cidade brasileira a implantar o Sistema de Coleta de Lixo Seletiva foi Curitiba, capital paranaense, no ano de 1989 e entrou na lista do *Rank Brasil*⁹, em 2007, e hoje este programa de coleta abrange 100% da cidade, que produz aproximadamente 2,2 mil toneladas de lixo seco por dia, dos quais 550 toneladas são separadas, mostrando que 70% da população curitibana contribuem com a coleta seletiva (SUSIN, 2010).

A reciclagem do lixo é uma questão humanitária atuando em duas vertentes do processo de consumo, pois evita o desgaste de recursos naturais e também o abandono do material no meio ambiente e, além da coleta seletiva, a capital paranaense faz uma coleta específica para lixo tóxico domiciliar, como pilhas, baterias e remédios. O lixo comum é destinado ao aterro sanitário, que também recebe os resíduos de mais 14 municípios da região Metropolitana. Após a implantação do sistema em Curitiba, a cidade é a que possui o maior índice de aproveitamento de lixo reciclável entre as cidades do Brasil, e esta idéia pode ser levada para todo o país (SUSIN, 2010).

De acordo com dados das tabelas 1 e 2 a seguir, é possível verificar quais são os diferentes tipos de lixo e/ou resíduos gerados e qual o seu tempo de decomposição; e quais podem ou não ser reciclados, respectivamente.

⁹ O Rank Brasil: Livro de Recordes Brasileiros foi oficialmente criado em 1999, pelo paranaense de Curitiba, Luciano Cadari. Em 1997, Cadari começou a colecionar informações relacionadas às potencialidades do Brasil em um tímido site, dentro do domínio de sua empresa, Cadari Informática (www.cadari.com.br) e mais tarde decidiu criar o site www.RankBrasil.com.br.

TABELA 1: OS TIPOS DE LIXO E TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO:

Tipo de Material Reciclado	Tempo de Decomposição
Papel	3 meses
Palito de fósforo	6 meses
Ponta de cigarro	1 a 2 anos
Goma de mascar	5 anos
Lata	10 anos
Sacos plásticos	30 a 40 anos
Garrafa pet	Mais de 100 anos
Fraldas descartáveis	600 anos
Latinha de cerveja	200 anos
Tecido	100 a 400 anos
Vidro	Mais de 4000 anos

Fonte: Susin (2007, p.2)

E, na tabela 2 é possível verificar o potencial de reciclagem e reutilização dos resíduos, que podem contribuir para a preservação do meio ambiente.

TABELA 2: OS TIPOS DE LIXO QUE PODEM OU NÃO SER RECICLADOS

Tipo de Lixo que pode ser reciclado	Tipo de lixo que não pode ser reciclado
Papel	Papel carbono
Papelão	Celofane
Caixas	Papel Vegetal
Jornais	Papel encerado
Revistas	Papel higiênico
Livros	Guardanapos
Cadernos	Fotografias
Cartolinas	Fitas
Embalagens longa-vida	Etiquetas adesivas
Sacos plásticos	Plásticos metalizados (salgadinhos)
CDs	Isopor
Disquetes	Espelhos
Embalagens Plásticas	Cristais
Garrafas PET e vidro	Cerâmica
Canos	Porcelana
Plástico em geral	Computadores
Frascos em geral	Clips
Copos	Grampos
Vidros em geral	Esponja de aço
Latas de alumínio	Pregos
Latas de Produtos Alimentícios	Canos
Embalagens metálicas de congelados	Termofax

Fonte: Susin (2007, p.2).

De acordo com dados do IBGE (2008) os resíduos sólidos ainda possuem como destino final os “Lixões” em 50,8% dos municípios brasileiros. No entanto, nos últimos oito anos, o percentual de municípios que destinavam seus resíduos a vazadouros a céu aberto caiu de 72,3% para 50,8%; enquanto os que utilizavam aterros sanitários cresceram de 17,3% para 27,7%, conforme mostra tabela 4.3.

TABELA 3: DESTINO FINAL DE RESÍDUO SÓLIDO URBANO

ANO	Destino final de resíduos sólidos por unid. de destino dos resíduos (%)		
	Vazadouro a Céu aberto	Aterro controlado	Aterro Sanitário
1989	88,2	9,6	1,1
2000	72,3	22,3	17,3
2008	50,8	22,5	27,7

Fonte: IBGE, 2008

Nota: Tabela elaborada pela autora do trabalho.

Os vazadouros a céu aberto, conhecidos como “lixões”, ainda são o destino final dos resíduos sólidos de metade dos municípios brasileiros, mas esse quadro teve uma mudança significativa nos últimos 20 anos: em 1989, eles representavam 88,2% do destino final de resíduos sólidos. As regiões Nordeste (89,3%) e Norte registraram as maiores proporções de municípios que destinavam seus resíduos aos lixões (88,5%), enquanto as regiões Sul (15,8%) e Sudeste (18,7%) apresentaram os menores percentuais. Paralelamente, houve uma expansão no destino dos resíduos para os aterros sanitários, solução mais adequada, que passou de 17,3% dos municípios, em 2000, para 27,7%, em 2008 (IBGE, 2008)

Em todo o país, aproximadamente 26,8% dos municípios que possuíam serviço de manejo de resíduos sólidos sabiam da presença de catadores nas unidades de disposição final de resíduos sólidos. A maior quantidade estava nas regiões Centro-Oeste e Nordeste: 46% e 43%, respectivamente, com destaque para os municípios do Mato Grosso do Sul e de Goiás, e na região Centro-Oeste, e, na região Nordeste, os municípios de Pernambuco e Alagoas; e Ceará, respectivamente (IBGE, 2008).

Ao mesmo tempo, o número de programas de coleta seletiva dobrou, passando de 451, em 2000, para 994, em 2008, concentrando-se, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste, onde, respectivamente, 46% e 32,4% dos municípios

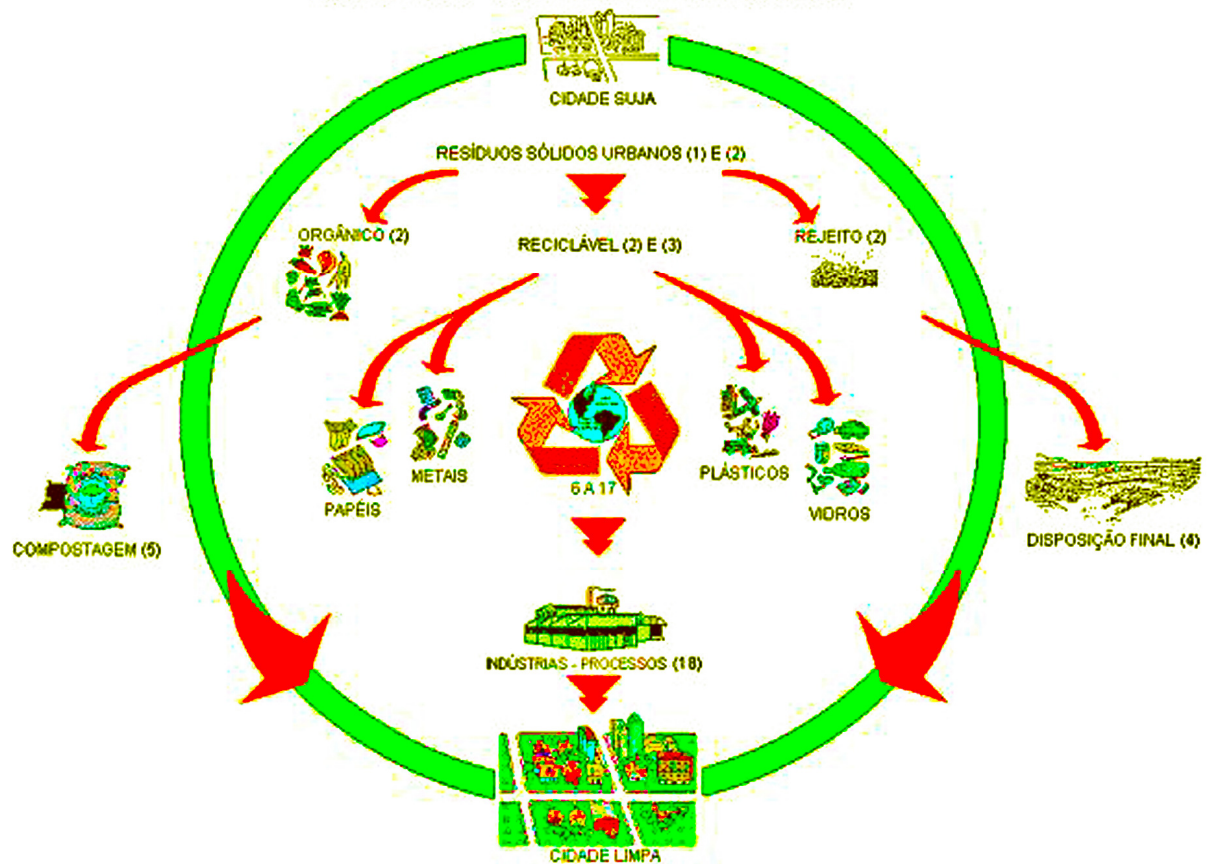
informaram ter coleta seletiva em todos os distritos, o avanço ocorreu principalmente nas regiões Sul e Sudeste, onde, respectivamente, 46% e 32,4% dos municípios informaram ter programas de coleta seletiva que cobriam todo o município. Os municípios com serviço de coleta seletiva separavam, prioritariamente, papel e/ou papelão, plástico, vidro e metal (materiais ferrosos e não ferrosos), sendo que os principais compradores desses materiais eram os comerciantes de recicláveis (53,9%), as indústrias recicladoras (19,4%), entidades beneficentes (12,1%) e outras entidades (18,3%).

O consumo cotidiano de produtos industrializados é o grande responsável pela contínua produção de lixo, um problema de grande intensidade que afeta todas as cidades de maneira geral, desde a etapa de geração até a disposição final destes resíduos.

Diante das quantidades de resíduos produzidos e da pequena parcela que é reciclada, uma vez que a maioria deste tipo de lixo é destinada a lixões a céu aberto; Bertussi Filho (1999) diz que foi criado no estado do Paraná um Programa para recuperação, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos urbanos, o Programa "RRR", que através de ações coordenadas, deverá consolidar e aprofundar os conceitos de coleta seletiva e reciclagem já implantada por alguns municípios do estado. Este programa tem como meta recuperar, reutilizar e reciclar 15% dos resíduos sólidos gerados pelas populações urbanas do estado do Paraná, incorporando os resíduos reciclados à produção industrial, e buscando a recuperação e a reutilização de alguns materiais.

Segundo ele, paralelamente à implantação do Programa "RRR", será estimulada a implantação de indústrias que reciclem, reutilizem e recuperem embalagens e materiais. Dessa forma, o programa pretende estimular a edição de normas referentes à utilização de produtos reciclados e atividades de educação ambiental; e pode ser implantado por qualquer cidade do Paraná, seguindo um fluxo como pode ser visualizado na Figura 1.

FIGURA 5: FLUXO - COLETA SELETIVA PARA A RECICLAGEM



1-RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (Produção percapita de lixo)	4-DISPOSIÇÃO FINAL	7-CARRINHEIROS/CARROCEIROS	10-SISTEMA DE TROCAS	13-USINAS DE TRIAGEM	16-EDUCAÇÃO AMBIENTAL
2-FRAÇÕES DE LIXO (orgânicos,recicláveis e rejeitos)	5-COMPOSTAGEM	8-PEVS	11-COLETA PORTA-A-PORTA	14-DEPOSITO E APARISTAS	17-SELEÇÃO COLETA SELETIVA E RECICLAVEL
3-FRAÇÕES DE LIXO RECICLAVEL (papéis,plastico,vidro e metais)	6-CATADORES	9-COOPERATIVAS	12-CENTROS DE TRIAGEM	15-CENTRO DE TRANSFERECIA	18-INDÚSTRIA-PROCESSOS

FIGURA 1: FLUXO DA COLETA SELETIVA PARA RECICLAGEM

Fonte: REPAMAR/REBRAMAR/NT – PARANÁ (1999)

A seguir será discutida de forma mais detalhada o processo de lixo reciclado, realizado na cidade de Goioerê/PR, localizada ao noroeste do Estado do Paraná, que é objeto de análise desta pesquisa e nossa amostra de pesquisa. Ademais, esta cidade foi selecionada de forma intencional por ser a localidade de moradia da pesquisadora, que tratará o assunto do lixo como estratégia de desenvolvimento local sustentável por meio de um processo de coleta seletiva.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE GOIOERE

Este capítulo descreve a política pública de desenvolvimento local sustentável formulada e implantada no município de Goioerê, particularmente, descreve-se a política de coleta seletiva do lixo municipal realizada pela ATA - Associação de Tratamento Ambiental de Goioerê.

O capítulo está dividido em três subseções, sendo o que o item 5.1 traz dados sobre a localização e aspectos socioeconômicos do município de Goioerê, visando caracterizar os fatores motivacionais, que influenciaram a formulação da política pública de desenvolvimento local e possibilitaram a sua implementação. Já no item 5.2, apresenta-se a origem, ações e importância do processo de coleta seletiva de lixo no município de Goioerê/PR. Por fim o item 5.3 discute a coleta seletiva de lixo como política pública de desenvolvimento local sustentável em Goioerê, destacando a relevância do trabalho feito pelos coletores, através da ATA, para a inclusão social destes coletores como também a melhoria da qualidade de vida não somente deles, mas de toda a sociedade em torno.

5.1 LOCALIZAÇÃO E DADOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ/PR

O município de Goioerê/PR está localizado a 517,94 quilômetros da capital paranaense Curitiba, na região Noroeste do Estado do Paraná, próximo da cidade de Campo Mourão e Umuarama. Sua área territorial é de 564 Km, e seus limites territoriais fazem divisa com os municípios de Janiopolis, Moreira Sales, Quarto Centenário, Mariluz, Rancho Alegre D'Oeste, Formosa D'Oeste (IPARDES, 2011), conforme a Figura 2.



FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ.
 Fonte: IPARDES (2011, p. 3)

O município foi criado através da Lei Estadual n.48 de 10/08/1955, ao desmembrar de Mamborê do município de Campo Mourão. Possui uma população de 29.018 mil habitantes, clima subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco freqüentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas nos meses mais quentes é em torno de 29°C e a dos meses mais frios é inferior a 12°C. Sua demografia teve o auge no ano de 1975, quando o IBGE registrou uma população de 100.360 habitantes, isso graças principalmente ao cultivo do algodão, onde Goioerê passou a ser conhecida nacionalmente como a “Capital do Algodão Brasileiro”. No entanto, com o fim do plantio do algodão, na década de 90, e com a emancipação de seus distritos, o município perdeu parte de sua população, e hoje possui uma densidade demográfica de 48,0 habitantes por km². (IBGE, 2010).

Na área da saúde possui a Santa Casa de Misericórdia Maria Antonieta Scarpari, um dos mais importantes hospitais da Região, que atende aos municípios que compõem a região de Campo Mourão, sendo os principais: Moreira Sales, Rancho Alegre do Oeste, Juranda, Ubatuba, Quarto Centenário, Mariluz, Janiópolis entre outras cidades circunvizinhas. E também o Hospital Santa Maria, que junto com a Santa Casa e o Pronto Atendimento Municipal, sendo o único da região, atendem a vários municípios.

A Economia do Município de Goioerê é baseada na agricultura, que já foi considerado o maior produtor de Hortelã e Algodão. Tais cultivos foram substituídos por cultivos mais rentáveis como: Soja, Milho, Trigo e Mandioca. O cultivo de Cana-de-Açúcar também tem sua parcela no desenvolvimento econômico do município,

com a presença da Usina de Açúcar e Álcool Goioerê. E, mais recentemente, outra atividade tem se tornado uma opção rentável aos pequenos agricultores: a criação de frango. Estes agricultores criam as aves para o abate em parceria com a Cooperativa Agroindustrial Consolata (COPACOL), que se instalou no município para recebimento de grãos e possui sede na cidade de Cafelândia/Pr. Nesta cidade, esta cooperativa mantém um grande abatedouro que importa além de matéria-prima, centenas de trabalhadores que se deslocam diariamente. Além desta, há também a presença de outras cooperativas como a Cooperativa Agroindustrial (COAMO), a Cooperativa Agroindustrial (C. Vale) e a Cooperativa Agroindustrial (INTEGRADA), que aumentam ainda mais o valor agrícola do município na região (IBGE, 2010).

O município possui algumas indústrias nos ramos têxteis, alimentícios, cosmético, moveleiro, de amidos dentre outras, e tem um comércio com elevada importância local, atuando em diversos ramos, principalmente moveleiro, têxtil e supermercados, o que atrai consumidores de várias cidades da região, devido a diversidade de opções de compras, indisponíveis ou limitadas em pequenas cidades (ver tabela 4).

TABELA 4: NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS E EMPREGO POR ATIVIDADE ECONOMICA EM GOIOERE EM 2010

NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2010		
ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELE- CIMENTOS	EMPREGOS
Indústria de produtos minerais não metálicos	1	5
Indústria metalúrgica	4	7
Indústria mecânica	3	6
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	2	3
Indústria da madeira e do mobiliário	12	100
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	4	10
Indústria química,prod.farmac.,veterin.,perf.,sabões,velas e mat.plást.	1	8
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	20	108
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	12	206
Serviços industriais de utilidade pública	1	-
ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELE- CIMENTOS	EMPREGOS
Construção civil	39	116
Comércio varejista	315	1.402
Comércio atacadista	21	346
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	11	78
Administradoras de imóveis, valores mobil.,serv.téc.n.profis.,aux.ativ.econ.	40	144
Transporte e comunicações	33	158
Serviços de alojamento,alim.,reparo,manut.,radiodifusão e televisão	75	832
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	30	132
Ensino	13	88
Administração pública direta e indireta	2	841
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	105	873
TOTAL	744	5.463

Fonte: IPARDES (2011, p. 14)

Nota: dados até 31 de dezembro do MTE- RAIS (IBGE)

A população economicamente ativa do município de Goioerê, no ano de 2000, representava aproximadamente 41% da população, atuando em diversos ramos de comércio, indústria e na agricultura, sendo este ramo o que mais se destaca, conforme pode ser verificado na tabela 5.

Tabela 5. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2000

ATIVIDADES ECONÔMICAS	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	2.001
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água	30
Indústria de transformação	1.459
Construção	938
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos	2.510
Alojamento e alimentação	532
Transporte, armazenagem e comunicação	446
Intermediações financeiras, ativ. imobiliárias, aluguéis, serv. prestados a empresas	543
Administração pública, defesa e seguridade social	586
Educação	546
Saúde e serviços sociais	360
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	468
Serviços domésticos	1.462
Atividades mal definidas	80
TOTAL	11.961

Fonte: IPARDES (2011, p.14).

Nota: Dados do IBGE- Censo Demográfico – Resultados da amostra

Como demonstra a tabela 5 o maior número de pessoas desenvolve atividades que se concentram nos setores de agricultura, pecuária, de indústria e transformação de produtos, no comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos e nos serviços domésticos.

O Produto Interno bruto do município de Goioerê gira em torno de 10.804 *per capita*, de acordo com dados coletados em 2009 pelo IBGE e IPARDES, como pode ser verificado na tabela 6. O valor do PIB representa o total de riquezas produzidas dentro do município, durante o ano, incluindo os produtos primários (agricultura e pecuária) e o valor agregado do comércio e indústria e o valor dos serviços.

TABELA 6: PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PER CAPITA E A PREÇOS CORRENTES (R\$)

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PER CAPITA E A PREÇOS CORRENTES - 2009

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)	VALOR	UNIDADE
Per Capita	10.804	R\$ 1,00
A Preços Correntes	320.909	R\$ 1000,00

Fonte: IPARDES (2011, p. 16)

Nota: Nova metodologia – referência 2002

Em comparação com outros anos e outros municípios da região, o PIB de Goioerê apresentou aumento significativo, conforme a tabela 7, que traz dados até o ano de 2007.

TABELA 7: EVOLUÇÃO DO PIB (R\$ 1.000) DA REGIÃO

Município	PIB 2003	P/C	PIB 2004	P/C	PIB 2005	P/C	PIB 2006	P/C	PIB 2007	P/C
Goioerê	240 922	8 669	260 564	9 566	234 088	8 773	248 542	9 511	285 774	9 874
Boa Esperança	97 509	21 937	94 984	22 386	78 760	19 500	75 032	19 550	77 477	16 463
Farol	59 124	15 580	57 457	15 330	39 398	10 648	33 634	9 207	47 553	14 011
Janiópolis	67 667	9 568	66 879	9 855	53 070	8 166	46 640	7 506	55 081	7 833
Juranda	127 353	16 184	129 642	16 634	111 825	14 487	111 432	14 576	117 692	15 317
Mariluz	53 164	5 320	59 883	6 044	53 406	5 437	67 007	6 882	62 882	6 011
Q. Centenário	73 620	14 921	65 797	13 648	51 152	10 865	52 848	11 501	60 901	12 562
Rancho Alegre	48 390	17 909	45 676	17 670	35 810	14 510	32 711	13 914	41 642	14 222
Ubiratã	241 260	11 545	218 772	10 714	217 369	10 901	218 387	11 221	235 870	11 119
Moreira Sales	91 507	7 657	109 835	9 515	99 493	8 936	136 613	12 734	128 182	9 917

Fonte: GOIONEWS, jornal Eletrônico de Goioerê (2009).

Nota: PIB (ANO) TOTAL DO MUNICÍPIO – P/C: PIB PER CAPITA

De acordo com a tabela acima que apresenta o Produto Interno Bruto (PIB), de alguns municípios da região de Goioerê e sua evolução desde o ano de 2003 até 2007, ocasião em que o PIB de Goioerê apresentou um montante de R\$ 285 milhões, com uma renda *per-capita* de R\$ 9.874,00 por ano. Em 2004, o PIB de Goioerê foi de R\$ 260 milhões, sendo superado, em 2007, com o valor de R\$ 285 milhões (GOIONEWS, 2009). E, para o ano de 2009, o PIB do município chegou a R\$ 320.909 milhões, conforme pode ser verificado na tabela 6.

Os dados apresentados mostram que o PIB no município de Goioerê cresceu e isso é atribuído, principalmente, às atividades agrícolas do município, e pelos setores do comércio e serviços.

Já a tabela 8 traz os dados do IDH do município de Goioerê/PR no ano de 2000, segundo dados disponíveis no IPARDES (2011). Para calcular o IDH¹⁰ das regiões, estados e municípios brasileiros, é feita a média de três componentes. Em relação a longevidade, é considerada a expectativa de vida ao nascer. Já na educação, analisa-se a taxa de frequência dos alunos. O último fator é a renda familiar *per capita*. O índice varia entre 0 e 1 e, quanto maior for a nota, maior é o

¹⁰ Índice de Desenvolvimento Humano: abrange a média dos componentes em relação a longevidade, educação e renda familiar per capita.

desenvolvimento; Sendo que o município apresenta um IDH de 0,746, considerado médio de acordo com o esperado.

TABELA 8: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) - 2000

INFORMAÇÃO	ÍNDICE	UNIDADE
Esperança de vida ao nascer	66,30	anos
Taxa de alfabetização de adultos	86,17	%
Taxa bruta de frequência escolar	89,17	%
Renda per capita	227,61	R\$ 1,00
Longevidade (IDHM-L)	0,688	
Educação (IDHM-E)	0,872	
Renda (IDHM-R)	0,679	
IDH-M	0,746	
Classificação na unidade da federação	177	
Classificação nacional	1.990	

Fonte: IPARDES (2011, pg.26)

Nota: Atlas do Desenvolvimento do Brasil – PNUD, IPEA, FJP.

Para compreender melhor a posição do município em relação aos índices acima apresentados, buscou-se apresentar aqui dados da região da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão/ PR (COMCAM), para se fazer uma comparação em relação as cidades que a compõem. Segundo Souza *et al* (2005, *apud* DENKER *et al*, 2007) a COMCAM está localizada, no Centro-Oeste Ocidental do Paraná e pertence ao compartimento geomorfológico denominado de Terceiro Planalto, uma área que faz parte de uma região que engloba 25 municípios, dos quais Goioerê está incluso (ver Figura 3).

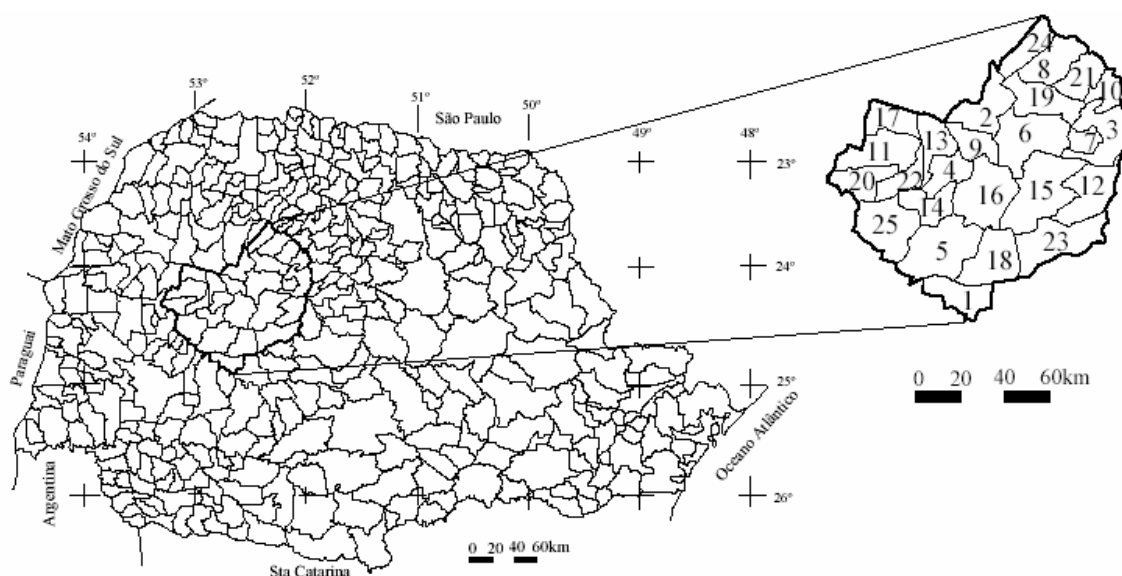


FIGURA 3: - MAPA DO PARANÁ DESTACANDO A MICRORREGIÃO DA COMCAM

Fonte: Denker, Borges e Maybuk (2007, pg.4) apud Souza et al. (2005)

Nota: Os números correspondem as seguintes cidades: 1 - Altamira do Paraná, 2 - Araruna, 3 - Barbosa Ferraz, 4 - Boa Esperança, 5 - Campina da Lagoa, 6 - Campo Mourão, 7 - Corumbataí do Sul, 8 - Engenheiro Beltrão, 9 - Farol, 10 - Fênix, 11 - Goioerê, 12 - Iretama, 13 - Janiópolis, 14 - Juranda, 15 - Luiziana, 16 - Mamborê, 17 - Moreira Sales, 18 - Nova Cantu, 19 - Peabiru, 20 - Quarto Centenário, 21 - Quinta do Sol, 22 - Racho Alegre do Oeste, 23 - Roncador, 24 Terra Boa, 25 - Ubitatã.

A seguir serão apresentados dados do IBGE, incluindo os totais gerais da região, a média da COMCAM, a média do Estado do Paraná e a média considerando apenas os três municípios mais industrializados da região que são Campo Mourão, Goioerê e Araruna.

A tabela 9 apresenta o IDH do ano de 2000 dos municípios da região da COMCAM.

TABELA 9: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH), REGIÃO COMCAM - 2000

MUNICÍPIO	IDH-M	EDUCAÇÃO	LONGEVIDADE	RENDA
ALTAMIRA DO PR	0,677	0,747	0,709	0,576
ARARUNA	0,732	0,833	0,717	0,647
BARBOSA FERRAZ	0,700	0,788	0,694	0,618
BOA ESPERANÇA	0,722	0,881	0,645	0,641
CAMPINA DA LAGOA	0,710	0,826	0,656	0,647
CAMPO MOURÃO	0,774	0,891	0,717	0,715
CORUMBATAÍ DO SUL	0,678	0,775	0,694	0,566
ENGº BELTRÃO	0,762	0,856	0,731	0,700
FAROL	0,701	0,792	0,691	0,621
FÊNIX	0,736	0,824	0,751	0,633
GOIOERÊ	0,746	0,872	0,688	0,679
IRETAMA	0,699	0,772	0,706	0,620
JANIÓPOLIS	0,692	0,808	0,669	0,598
JURANDA	0,731	0,846	0,696	0,652
LUIZIANA	0,704	0,810	0,694	0,607
MAMBORÊ	0,745	0,872	0,725	0,638
MOREIRA SALES	0,703	0,819	0,656	0,635
NOVA CANTU	0,698	0,824	0,656	0,614
PEABIRU	0,736	0,859	0,694	0,656
QUARTO CENTENÁRIO	0,700	0,835	0,656	0,608
QUINTA DO SOL	0,712	0,812	0,701	0,623
RANCHO AL. D'OESTE	0,698	0,825	0,656	0,613
RONCADOR	0,701	0,818	0,685	0,601
TERRA BOA	0,744	0,823	0,753	0,655
UBIRATÃ	0,734	0,859	0,696	0,647

Fonte: DENKER et al (2007, p.14)

Nota: IBGE/ Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Censo 2000.

Para o componente do índice, IDH-Educação¹¹ a média da COMCAM é de 0,827; a média do Estado é de 0,879; a média dos três municípios mais industrializados é de 0,865. Sendo que entre os municípios da COMCAM, os três maiores em IDH-Educação foram Campo Mourão, com 0,891; Boa Esperança, com 0,881; Goioerê e Mamborê, com o mesmo IDH de 0,872.

Em relação ao IDH-Longevidade¹² a média da COMCAM é de 0,693, a do Estado é de 0,743 e a dos três municípios mais industrializados é de 0,707. Os três maiores IDH-Longevidade entre os municípios da COMCAM, foram: Terra Boa, com 0,753; Fênix, com 0,751; e Engenheiro Beltrão, com 0,731.

Em relação ao IDH-Renda¹³ a média da COMCAM é de 0,632, a do Estado é de 0,736 e a dos três municípios mais industrializados é de 0,680. Já para os três maiores IDH-Renda, destacam os seguintes municípios: Campo Mourão, com 0,715; Engenheiro Beltrão, com 0,700; e Goioerê, com 0,679.

Já em relação ao IDH-M, a média da COMCAM é de 0,717, a do Estado é de 0,787 e a dos três municípios mais industrializados é de 0,751, sendo que os três maiores IDH-M foram: Campo Mourão, com 0,774; Engenheiro Beltrão, com 0,762; e Goioerê, com 0,746. Estes dados mostram que a cidade de Goioerê é a terceira com melhor IDH-M entre os 25 municípios da COMCAM.

¹¹ Para avaliar a dimensão da educação o cálculo do IDH considera dois indicadores. O primeiro é a taxa de alfabetização, considerando o percentual de pessoas acima de 15 anos de idade; esse indicador tem peso dois. O Ministério da Educação (Brasil) indica que, se a criança não se atrasar na escola, ela termina o principal ciclo de estudos (Ensino Fundamental) aos 14 anos de idade. Por isso a medição do analfabetismo se dá a partir dos 15 anos. O segundo indicador é o somatório das pessoas, independentemente da idade, que frequentam algum curso, seja ele fundamental, médio ou superior, dividido pelo total de pessoas entre 7 e 22 anos da localidade. Também entram na contagem os alunos supletivos, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária, nesta área também está incluído o sistema de equivalências Rvcc ou Crvcc, apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo.

¹² Longevidade: O item longevidade é avaliado considerando a esperança de vida ao nascer, que é válida tanto para o IDH municipal quanto para o IDH de países. Esse indicador mostra a quantidade de anos que uma pessoa nascida em uma localidade, em um ano de referência, deve viver. Ocultamente, há uma sintetização das condições de saúde e de salubridade no local, já que a expectativa de vida é diretamente proporcional e diretamente relacionada ao número de mortes precoces.

¹³ Renda: A renda é calculada tendo como base o PIB per capita do país ou município. Como existem diferenças entre o custo de vida de um país para o outro, a renda medida pelo IDH é em dólar PPC (Paridade do Poder de Compra), que elimina essas diferenças.

5.2. O PROCESSO DE COLETA SELETIVA DE LIXO NO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Os resíduos sólidos urbanos são qualquer forma de matéria ou substância nos estados sólidos, resultante dos serviços de saúde, atividade industrial, comercial, construção civil, doméstica e serviços de varrição de ruas e podas de árvores. Com base nesta denominação, a Prefeitura Municipal de Goioerê programa o Gerenciamento de Resíduos Sólidos em atendimento a Lei 12.493/99.

Esta lei trata sobre os princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação de resíduos, visando controlar a poluição, contaminação e minimizar os impactos ambientais.

De acordo com a Lei Complementar n. 005/2007, art. 199 § 2º do Município de Goioerê, os resíduos do processo de coleta seletiva devem ser separados do lixo doméstico. E, de acordo com art. 201, o Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos deve prever ações que visam reduzir, reutilizar e reciclar, visando o controle ambiental das atividades. Desta forma surgem os catadores de rua, que conseguem renda com a coleta e venda dos reciclados.

A Associação de Tratamento Ambiental (ATA) surgiu no início do ano de 2005, quando um pequeno grupo desses catadores de rua, residentes no município de Goioerê/PR, iniciaram um árduo trabalho de coleta de reciclados, enfrentando muitas dificuldades, por falta de estrutura adequada, como espaço físico e instrumentos, enfraquecendo o grupo.

Mas com apoio necessário oferecido pelo município de Goioerê e do Rotary Club, os coletores conseguiram alavancar suas atividades de grande importância ao município, uma vez que não havia nenhum programa de tratamento de lixo, sendo de suma importância o trabalho realizado para a limpeza pública e aumento de vida útil do aterro sanitário, além de proporcionar geração de trabalho e renda aos coletores.

O papel da ATA é realizar a coleta seletiva no município de Goioerê, atendendo a Lei Estadual de resíduos Sólidos nº. 12493/99, a qual dispõe sobre princípios, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenagem, transporte e destinação final dos Resíduos Sólidos no Paraná, contribuindo assim, com a saúde pública e o meio ambiente.

A ATA executa ações relativas ao manejo e armazenamento dos resíduos sólidos gerados e destinados à mesma. No início de suas atividades, o grupo efetuou cadastro junto a Prefeitura Municipal para se constituir formalmente, recebendo como auxílio do município o aluguel de um barracão onde se instalou a Associação de Coletores de Resíduos Sólidos e Agentes Ecológicos.

Com ajuda do Rotary Club de Goioerê conseguiu recursos da Receita Federal no valor de R\$ 63.000,00 utilizados para a compra de três prensas, um caminhão, uma balança e quarenta carrinhos, o que motivou e entusiasmou os coletores a entregarem os reciclados na Associação. A mesma contou com o apoio do Rotary Club, que fez contato com o deputado estadual Hermes Parcianello (Frangão), conseguindo a aquisição de um terreno e a construção de um barracão na Rua Rio Azul, onde a ATA funciona atualmente, contando ativamente com o apoio e supervisão do Rotary Club, e uma simbólica contribuição da Prefeitura Municipal de Goioerê.

O levantamento de resíduos gerados no barracão pertencente à Associação de Coletores Municipais foi classificado segundo Resolução CONAMA nº. 313/2002, com base na Norma NBR 10.004 – (Classificação de Resíduos Sólidos), como grupo D¹⁴.

O Barracão da ATA possui o tamanho de 15 x 20 m², é constituído basicamente por um escritório, três banheiros e o galpão coberto, onde estão localizadas as prensas e o material recolhido pelos catadores, sendo que o barracão possui uma capacidade de armazenagem de 300 ton./mês de material sólido recolhido.

Conforme Resolução 275/01 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, os tipos de resíduos produzidos nesta unidade geradora, constituem-se em Orgânico, Rejeitos e Recicláveis. Os lixos Orgânicos constituem os restos de comida, casca de frutas e verduras, dentre outros alimentos. Já os rejeitos são papéis higiênicos, absorventes íntimos, palitos de dentes, filtros de cigarro e etc.; e os lixos recicláveis reúnem o papel, papelão, plásticos em geral. A Tabela 10 a

¹⁴ Este grupo reúne os seguintes tipos de resíduos: papel, papelão, plástico, caixa de leite UHT e sucatas. Na ATA, o método de coleta utilizado é o transporte por caminhão com carroceria pertencente à Associação, quando em quantidades maiores para recolhimento; ou, em sua maioria, carriolas manuais utilizadas pelos catadores. Além disso, a ATA também conta com EPI's, tais como, Boné e luvas. A frequência da coleta é diária e se coleta em todo o município.

seguir mostra o processo de coleta, acondicionamento e destino destes diferentes tipos de resíduos.

TABELA 10 – CLASSIFICAÇÃO, ACONDICIONAMENTO E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS GERADOS NO BARRACÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE COLETORES.

Tipo de resíduos gerados	Acondicionamento	Período de coleta	Local de destinação	Quantidade mensal gerada
Orgânico	Latões com tampa	2 ^a , 4 ^a , 6 ^a e sábado.	Aterro Sanitário	10 L/ mês
Rejeitos	Lixeiras com tampa	2 ^a , 4 ^a , 6 ^a e sábado.	Aterro Sanitário	60L/ mês
Recicláveis	Sacos plásticos de 100 L	Diariamente	Associação de catadores (ATA)	20L/ mês

Fonte: Plano de Gerenciamentos e Resíduos Sólidos de Goioerê/PR.

Segundo dados coletados junto a representantes, a associação possui 40 famílias de coletores, que, ao total, destinam até o barracão da associação diariamente 3.000 kg de lixo reciclados. Esse material, após recolhido é separado conforme suas características físicas e, em seguida prensado. E, os blocos são separados dentro do barracão e vendidos às empresas que fazem aquisição deste material. Os materiais coletados pelos coletores são exclusivamente pertencentes ao Grupo D (NBR 10.004).

A armazenagem dos materiais recolhidos é feita temporariamente após ter sido recolhido, no Galpão de estocagem, e são armazenados até que sejam realizados os processos de separação, prensagem e recolhimento dos mesmos pelas entidades compradoras, que, semanalmente, realizam este recolhimento. O Galpão de estocagem temporária atende parcialmente os padrões legais de construção, de acordo com a Lei Estadual 12.493, de 22 de janeiro de 1999. Ele é todo coberto, mais sem sistema de drenagem inferior para contenção de eventuais derrames.

Para que ocorra um plano de monitoramento em relação ao funcionamento das atividades da associação, foi eleita uma diretoria para a associação, composta por: presidente, Valdecy Cruzeiro; vice-presidente, José

Pedro de Oliveira; tesoureira, Aparecida Oliveira silva; conselho fiscal, Claudemir Dolízio e Lindinalva da Rocha; e conselho comunitário, Márcio Ferreira Figueiredo, Norma Beatriz Frost e Valdecy Pacheco. Os membros gestores da ATA são responsáveis em elaborar, preencher e conferir relatórios de avaliação, constando quantidades anuais de reciclados gerados e recebidos nos barracões.

O relatório deve ser preenchido e encaminhado à Secretaria do Meio Ambiente, que irá arquivar uma via do documento, para fins de controle, para que não sejam depositados resíduos no pátio sem cobertura, caso ocorra um aumento deste material, evitando que os mesmos fiquem expostos a céu aberto.

Na tabela 11, foram especificados os tipos e quantidades de resíduos coletados mensalmente, incluindo sua destinação final, que é realizada semanalmente pelos compradores.

TABELA 11 – CLASSIFICAÇÃO, ACONDICIONAMENTO E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS RECOLHIDOS PELA ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE GOIOERÊ.

Tipos de resíduos coletados	Acondicionamento	Período de coleta	Responsável pela coleta/ transporte	Local de destinação final	Qtde. mensal aprox. gerada
Papel/Papelão	Barracão da Associação de Coletores	Diariamente	Associação de Coletores	Empresa: Aparas de Papel sudoeste (Cascavel/PR)	23.247 KG
Plástico	Barracão da Associação de Coletores	Diariamente	Associação de Coletores	Empresa: Aparas de Papel sudoeste (Cascavel/PR)	4.484 KG
Alumínio	Barracão da Associação de Coletores	Diariamente	Associação de Coletores	Empresa: Toledo Metais (Toledo/PR)	1.050 KG
Papel 3ª – Caixa de Leite UHT	Barracão da Associação de Coletores	Diariamente	Associação de Coletores	Empresa: Aparas de Papel sudoeste (Cascavel/PR)	5.098 KG
Sucata	Barracão da Associação de Coletores	Diariamente	Associação de Coletores	Empresa: Vitti Coelho (Moreira Sales/PR)	7.020 KG

Fonte: Plano de Gerenciamentos e Resíduos Sólidos de Goioerê/Pr.

As relações de compra e venda do material entre a ATA e as empresas compradoras ocorre de maneira informal, sem nenhum tipo de contrato por escrito, constando cláusulas que firmam qualquer tipo de compromisso futuro entre ambos. Tanto a ATA, quanto os compradores de recicláveis possuem livre poder de negociação com outras empresas e/ou associações.

5.3 A COLETA SELETIVA DE LIXO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM GOIOERÊ/PR

Neste item se pretende definir como surgiu e como funciona o processo de coleta seletiva no município de Goioerê, além de analisar como esta política pode promover o desenvolvimento sustentável do município de Goioerê.

Segundo o presidente da ATA, o foco das atividades desta associação é geração de renda, através da coleta seletiva reaproveitando o que é considerado como “lixo”, e diante do conceito populacional, não serve para nada; e transformar essa coleta em um trabalho que gera renda aos coletores, contribuindo com o desenvolvimento local. Este foco é condizente ao conceito de Buarque (2009) sobre desenvolvimento local, que o define como a forma de utilizar as potencialidades específicas de um grupo de indivíduos da sociedade local, de forma a reforçar oportunidades sociais e viabilizar competitividade econômica local, com a geração de renda e conservação do meio ambiente.

Para o representante da ATA, as atividades desenvolvidas pela sua associação contribuem para o desenvolvimento local sustentável, pois realiza a limpeza da cidade, evitando proliferação de insetos e doenças ocasionadas pelo acúmulo de lixo, diminui os resíduos encaminhados para o aterro sanitário, aumentando assim sua vida útil.

Além de contribuir com o meio ambiente, pois reaproveita e preserva os recursos naturais e, em contrapartida, gera renda para as famílias dos coletores que revertem em consumo no comércio local, aquecendo as vendas e o crescimento deste segmento. O que vem de encontro com o conceito apresentado aqui de Buarque (1999), que apresenta o desenvolvimento local sustentável como processo de mudança social e elevação das oportunidades, compatível com o crescimento e eficiência econômica, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social, demonstrando compromisso com o futuro das gerações.

Em relação à participação da sociedade, este autor afirma que se faz imprescindível a sua integração no processo de formulação e implementação de uma política pública, pois de acordo com Teixeira (2002) a política pública deve refletir em seus resultados o conflito social exercido nos processos de decisão, e a presença ativa da sociedade civil em questões de interesse mútuo são necessárias. No entanto, a participação da população para a efetividade da coleta seletiva do lixo no município de Goioerê como uma política pública, de acordo o presidente da ATA, é considerada pequena, com pouquíssima conscientização por parte da mesma.

Para ele, o projeto seria muito mais abrangente se todos colaborassem separando os resíduos, que podem ser reciclados dos resíduos considerados rejeitos e orgânicos, minimizando os depósitos em aterro e aumentando a porcentagem de material coletado e respectivamente da renda dos coletores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. E, para aumentar a participação da população, ele sugere que seria muito importante divulgar o trabalho da coleta e desenvolver campanhas de conscientização e incentivo junto à população, principalmente nas escolas.

Para a efetividade de participação da população se faz interessante a elaboração de uma campanha que visa oferecer incentivos fiscais junto à prefeitura aos contribuintes pessoa física e jurídica que colaboram com a coleta. Outra campanha interessante seria a oferta de descontos em compras realizadas no comércio local, para as pessoas comprometidas com a separação do lixo para reciclagem. Desta forma além de divulgar o projeto de coleta seletiva, há que se incentivar a participação maciça da população em sua execução, as tornando comprometida com o processo.

Considerando que a coleta seletiva é uma política pública de desenvolvimento local sustentável e é aplicada no município de Goioerê através de uma associação formada por um grupo de famílias apoiadas pelo Rotary Clube de Goioerê, se faz importante destacar que a participação da gestão pública municipal através da Prefeitura Municipal é irrisória, há pouco envolvimento ou comprometimento para contribuir e expandir as atividades desenvolvidas pela associação. A única contribuição é assistência médica e odontológica através do Sistema Único de Saúde (SUS) e o fornecimento de alimento para o café da manhã dos coletores.

Sobre esta situação, Teixeira (2002) fala em relação às competências municipais, que cada esfera do governo possui suas responsabilidades e encargos, que no caso dos municípios elas estão dispostas em sua Lei Orgânica. Cabe aos mesmos, ampla autonomia na definição de políticas públicas e aplicação de recursos, e de acordo com Queiroz (2007) “a política é a arte de tornar real o que é possível”, por meio de diretrizes e ações da administração pública em parceria com iniciativa privada, a fim de alcançar o desejo da população e a solução de problemas sociais, que devem ser a razão de existir das políticas públicas. De acordo com informações do representante da associação o nível de qualidade de vida dos coletores é muito precário, com péssima estrutura física, psicológica e sanitária, sendo que a única fonte de renda das famílias é a remuneração conseguida através da venda dos materiais, que gira em torno de R\$600,00 mensais. As famílias contam com o benefício de uma cesta básica arrecadada junto à população e o comércio da cidade, e todas as famílias possuem cadastro em programas do governo e são beneficiadas pelas “bolsas”, de redistribuição de renda.

Portanto, ainda não atende ao requisito de qualidade de vida, inserido nos aspectos de desenvolvimento sustentável, pois segundo Rua (2009) não é possível preservar os recursos naturais sem melhorar as condições de vida da população, através de melhores condições de moradia, vestuário, alimentação, saúde, saneamento básico, pois de acordo com Sant’ana (2010), a política pública para o desenvolvimento local sustentável deve ter o objetivo de reduzir as condições de pobreza, provendo meios de sobrevivência através de uma vida mais segura e permanente, minimizando impactos ambientais e melhorando condições econômicas da população. No entanto, apesar de não gerar uma qualidade de vida adequado aos coletores; esta atividade provê melhoria na qualidade de vida do município por dar destino mais adequado ao lixo urbano e evitar proliferação de doenças e contaminações ambientais.

De acordo com Sr. Valdecy, a quantidade de lixo produzida em Goioerê é 875 toneladas por mês, cerca de 29,17 toneladas por dia, a meta de coleta estipulada pela associação para o período de 2011 era de 8% do lixo produzido na cidade de Goioerê, e segundo ele, a associação hoje recolhe esse percentual, o que corresponde a 70 ton./mês. A meta para 2012 é aumentar essa quantidade para 10%, o que corresponderia a 87,5 ton./mês.

A tabela 12 apresenta dados do IBGE referente a produção de lixo no país e no estado do Paraná, os dados oficiais são do ano de 2000, mas se sabe que os números já mudaram bastante conforme pesquisas de outros órgãos relacionados com o assunto, como será apresentado aqui.

TABELA 12: QUANTIDADE DIÁRIA DE LIXO COLETADO, POR UNIDADE DE DESTINO FINAL DO LIXO COLETADO, PARA BRASIL E PARANÁ – 2000

		Quantidade diária de lixo coletado (t/dia)								
Local	Total	Unidade de destino final do lixo coletado								
		Vazadou ro a céu aberto (lixão)	Vazadou ro em áreas alagadas	Aterro controlado	Aterro sanitário	Estação de compostag em	Estação de triagem	Inciner ação	Locais não-fixos	Outra
Brasil	228 413,0	48 321,7	232,6	84 575,5	82 640,3	6 549,7	2 265,0	1 031,8	1 230,2	1 566,2
Paraná	7 542,9	2 901,9	9,0	1 657,9	2 726,6	101,6	105,4	6,6	32,9	1,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

Nota: Tabela adaptada pela autora do trabalho.

A geração de lixo está em crescimento no Brasil, mas tanto a correta destinação desses resíduos quanto os programas de coleta seletiva não avançam na mesma proporção. Segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE)¹⁵, os brasileiros geraram 6,8% mais lixo no ano de 2010, em comparação com o ano de 2009. O total de resíduos sólidos urbanos produzidos, em 2010, foi 61 milhões de toneladas, em torno de 378 quilos de lixo por habitante por ano. Deste total, somente pouco mais da metade (57,6%) teve destinação adequada, sendo encaminhado para aterros sanitários ou reciclado, enquanto que, em 2009, esse índice era de 56,8%. (G1 – GLOBO.COM, 2011).

As regiões brasileiras do Norte e Nordeste do país, conforme dados da associação, são as que apresentam a situação mais crítica, elas são a que geram menos resíduos sólidos, mas que também menos possuem uma coleta seletiva e destinação adequada do material. No Sudeste, 71,2% dos resíduos gerados têm destinação final ambientalmente correta, mas como o volume de produção de

¹⁵ Desde sua fundação, em 1976, a ABRELPE colabora efetivamente com os setores público e privado, promovendo a permanente troca de informações, estudos como, por exemplo, o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, publicação que visa, entre outros objetivos, fornecer subsídios para a tomada de decisões no setor, e experiências destinadas ao desenvolvimento do mesmo.

resíduos é muito grande, os 28,8% restantes equivalem a 25 mil toneladas, mais do que o dobro do total gerado por toda a Região Norte (G1 – GLOBO.COM, 2011).

Já o estado do Paraná produz 8.206 ton/dia de resíduos sólidos, o que resulta uma média de 0,831 quilos por habitante por dia, do total do lixo produzido, 7.450 é coletado todos os dias e 69,1% são destinados para local adequado. (ABRELPE, 2011).

No município de Campo Mourão, que fica a aproximadamente 90 km de Goioerê, segundo informações do jornal eletrônico Itribuna, são recolhidos diariamente pelos coletores da Associação de Trabalhadores com Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços Vila Guarujá (ASSOCIGUÁ), em torno de 20 t/mês, sendo que desse total, apenas 10 ton são provenientes da coleta seletiva, o que não chega a uma tonelada diária. Os materiais são recolhidos uma vez por semana. No entanto, estima-se que são perdidos, diariamente, cerca de 18 ton/dia de recicláveis que não são separados na origem e que acabam depositados indevidamente no aterro sanitário. (MARCIO, 2011).

Já o município de Juranda/PR realiza o trabalho de reciclagem do lixo, através da Associação dos Catadores de Reciclagem do Município de Juranda (ACAREJUR). O município produz 14 toneladas de lixo mensalmente, e os coletores recolhem mensalmente 70% de todo o lixo reciclado que é produzido, cerca de 9,80 toneladas/mês. Após ser recolhido todo o material é realizada a triagem do material coletado no aterro sanitário. Os coletores de lixo da associação contam com a ajuda de vários parceiros, dentre eles a Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a prefeitura municipal. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA, 2011).

Os dados acima mostram que a quantidade de lixo produzida é crescente em todas as regiões e cidades do país, e que quanto mais uma região ou cidade é desenvolvida, mas é a proporção de lixo que ela gera. Tais constatações mostram a relevância deste estudo, que remete o papel das cidades nas questões relacionadas ao desenvolvimento de programas de coleta seletiva a fim de aumentar o percentual de resíduos reciclados e, por conseguinte, contribuir para a maior vida útil dos aterros sanitários. Ademais, tais ações evitam e/ou amenizam os depósitos de lixo a céu aberto, além de proporcionar a geração de emprego e renda, através das cooperativas e associações de coletores, tornando possível um desenvolvimento econômico local sustentável.

6 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho de pesquisa é descrever e analisar o processo de coleta seletiva de lixo no município de Goioerê/PR, como uma política pública de geração de emprego e renda e desenvolvimento local Sustentável. A nossa pergunta de pesquisa é: *como está estruturada a política de coleta seletiva de lixo no município de Goioerê e qual é a sua contribuição para o desenvolvimento econômico local social?*

Com base no referencial teórico sobre políticas públicas e sustentabilidade ambiental, além dos dados coletados, este trabalho possibilitou compreender o papel das políticas públicas e como elas podem gerar e possibilitar o desenvolvimento local sustentável, dado a sua importância para as condições sócio-política e econômicas das cidades.

A análise do estudo de caso permitiu verificar como está estruturada a política de coleta seletiva, realizada no município de Goioerê, por meio da ATA. A coleta seletiva é realizada pela ATA, que é responsável por coletar, manejar e armazenar os resíduos sólidos municipais. Este trabalho surgiu pelo interesse da própria comunidade carente, que contou com o apoio inicial de uma entidade civil sem fins lucrativos, o Rotary Club local. Posteriormente, a prefeitura também apoiou realizando o cadastro da entidade e das famílias para se tornarem uma associação de forma legal, que foi então denominada como Associação de Coletores de Resíduos Sólidos e Agentes Ecológicos – Ação de Tratamento Ambiental (ATA). A prefeitura assumiu então os pagamentos dos alugueis mensais de R\$ 500,00 do barracão que abrigava as instalações da ATA, sendo que posteriormente foi adquirido um terreno e realizado a construção do barracão atual, com verbas do Governo Estadual, conseguidas através do deputado estadual Hermes Parcianello.

A contribuição da coleta seletiva para o município de Goioerê é de natureza econômica, social e ambiental. Economicamente, oferece emprego a 40 famílias carentes, que com seu trabalho na ATA são detentores de uma renda média de R\$645,00 ao mês, que apesar de ser pequena, melhora as suas condições de vida, contribuindo também socialmente para esta parcela da população local.

Os dados econômicos e sociais coletados em institutos de pesquisa (IPARDES e IBGE) também corroboram a melhoria das condições de vida da população local, mostrando aumento da renda per capita de 8.669 no ano de 2003 para 9.874 no ano de 2007, e o IDH referente a educação no município é de 0,872,

o terceiro maior da região e o IDH de longevidade é de 0,688. Com estes dados, verificamos o desenvolvimento local, que ocorre a partir do crescimento econômico (aumento do PIB), e melhorias sociais (nos aspectos educacionais e sanitários).

Por outro lado, em termos ambientais, contribui para destinar o lixo urbano ao processo de reciclagem, o que diminui os efeitos negativos ao meio ambiente, além de reduzir o custo de matéria-prima para empresas, que utilizam material reciclado (também um benefício econômico para os agentes econômicos privados locais).

A partir de tais constatações, podemos afirmar que a política pública de coleta seletiva, contribui para o desenvolvimento local sustentável porque atende ao tripé da sustentabilidade: o desenvolvimento econômico, social e ambiental. A equidade entre os três faz uma sociedade sustentável, pois Buarque(1999) apresenta que para que o processo de desenvolvimento local seja consistente e sustentável, o desenvolvimento deve reforçar oportunidades sociais e viabilizar a competitividade econômica local, proporcionando aumento na renda e a conservação dos recursos naturais.

Dessa maneira, uma sociedade só é sustentável quando atende aos três requisitos acima, de forma a potencializar o mercado de produção e consumo local, viabilizando ações que alavancam o crescimento e o desenvolvimento local, de uma forma sustentável.

Esta pesquisa ainda mostra que o município tem contribuído de forma diminutiva para as ações da ATA, que é a responsável pela implementação da política pública de coleta seletiva de lixo e destaca ainda a importância do compromisso da administração pública local em ampliar suas atividades, e também de toda população, para maior colaboração e promoção ao desenvolvimento local, de forma sustentável, através da ampliação da coleta seletiva no município.

A partir desta pesquisa, portanto, foi possível concluir que o processo de coleta seletiva no município de Goioerê/PR, como política pública para o desenvolvimento local do município, ainda necessita ser reajustado, melhorado, ampliado e enfatizado, principalmente, por parte da administração pública, que possui pouco envolvimento e atuação para as atividades, que são desenvolvidas. E, como proposta desta diminuta contribuição do município ao processo, sugere-se sua maior participação por meio apoio financeiro, estrutural e técnico, com elaboração de projetos de ampliação das atividades, visto a importância que o município tem na

formulação e implementação de políticas públicas, que atendam necessidades e demandas da população. E, discutir e agir sobre o destino do lixo urbano é fundamental e de responsabilidade dos gestores públicos municipais.

A efetividade do desenvolvimento sustentável no município somente ocorrerá quando atingir um maior número de pessoas envolvidas e uma maior quantidade de resíduos coletados, o que é possível com a participação de toda população, sendo necessários programas de conscientização da população, com a divulgação das atividades de coleta no município, inclusive nas escolas, fazendo um trabalho com as crianças, com a distribuição de cartilhas e programações de atividades extracurriculares com todos os alunos.

Desta forma as crianças serão conscientizadas e poderão conscientizar seus pais da importância de separar o lixo, e, como isso, contribuir com o desenvolvimento da cidade, diminuindo os impactos no meio ambiente, inclusive o impacto do depósito de resíduos no aterro/lixão municipal; além de proporcionar a geração de renda para as famílias dos coletores, que terão melhores condições socioeconômicas e qualidade de vida e conseqüentemente, ocorrerá o desenvolvimento econômico local sustentável.

A conscientização da população em geral é importante para que se entenda a importância para a cidade em coletar e reciclar o lixo, que conforme já citado, pode ser reutilizado em sua maior parte, e isso se dará a partir da conscientização e participação ativa da população, que tem papel fundamental nesse processo.

Considerando que 8% do total de lixo produzido na cidade são coletados, e que diante da meta estipulada pela ATA, este seja um volume satisfatório, ainda é considerado pequeno em relação a todo resíduo produzido pela população. Mas para que o volume aumente é preciso conscientização e colaboração da população, na separação dos resíduos recicláveis dos orgânicos e rejeitos, diminuindo a quantidade de resíduos a ser depositada no aterro sanitário.

E, além de ações que conscientizem a população, torna-se também necessário que a prefeitura pense em ações motivacionais para que a comunidade participe deste programa, tais como, redução no pagamento de impostos aos que separam o seu lixo. Ademais, a prefeitura deve ser mais ativa a apoiar mais o papel da ATA em termos de necessidades das condições físicas, estruturais e financeiras para recolher, separar e armazenar uma capacidade superior da atual capacidade da ATA. Esta pesquisa conclui que o sucesso do programa de coleta seletiva

depende não somente da participação da população neste projeto, mas, sobretudo, da prefeitura local, como ente mais partícipe colaborando ou indicando mecanismos que contribuam para o papel da ATA e, por conseguinte,

E, partir deste estudo, possíveis pesquisas futuras que podem ser desenvolvidas são: o estudo de parcerias entre o setor público e o privado, como por exemplo, explorar as ações de parceria entre o município de Goioerê e a ATA, a fim de realizar um projeto mais abrangente, com alocação de recursos e apoios: técnico, operacional e financeiro; procurando definir ações, que visam programar e expandir o processo de coleta seletiva no município.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henria. **Discurso da Sustentabilidade Urbana**. Estudos urbanos e regionais nº1/Maio, 1999. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/publicacoes/Revistas/ANPUR_v1n2.pdf#page=77>. Acessado em: 10 de outubro de 2011.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia e Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Disponível em: <http://www.apodesc.org/sites/documentos_estudos/arquivos/Planej-Metodologia%20de%20planejamento%20do%20desenvolvimento%20local%20e%20municipal%20sustentavel-Sergio%20Buarque.pdf>. Acessado em 20 de Setembro de 2011.

CUNHA, Gabriela Cavalcante. **Economia Solidaria e Políticas Públicas**: Reflexões a partir do caso do programa Incubadoras de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-digital/biblioteca-digital/Tese_Gabriela_Cavalcanti_Cunha.pdf>. Acessado em 10 de outubro de 2011.

DENKER, Nelson. BORGES, Paulo Roberto Santana. MAYBUK, Sérgio Luiz. **A análise do IDH para a busca de uma melhor qualidade de vida e conservação do meio ambiente como política pública na região da COMCAM**. Disponível em: <http://www.ecopar.ufpr.br/artigos/a2_056.pdf>. Acessado em: 11 de Janeiro de 2012.

GOIONEWS – Jornal Eletrônico de Goioerê e Região (2009). **PIB de Goioerê muda conforme safra agrícola**. Disponível em: <http://www.goionews.com.br/?Conteudo=news&id_noticia=9315&id_edicao=771>. Acessado em 11 de Janeiro de 2012.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico do Município de Goioerê**, 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87360&btOk=ok>>. Acessado em 28 de Setembro de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=410860#historico>>. Acessado em 29 de Setembro de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNSB 2008: Abastecimento de água chega a 99,4% dos municípios, coleta de lixo a 100%, e rede de esgoto a 55,2%.** Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1691&id_pagina=1>. Acessado em 10 de Janeiro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico.** Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/lixo_coletado/lixo_coletado110.shtm.. Acessado em 12 de Janeiro de 2012.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O PNUD e seus objetivos.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pnud/#link1A>>. Acessado em 10 de Janeiro de 2012.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e Gestão de políticas públicas.** Curitiba: Ibpex, 2007.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2009.

STADLER, Adriano. MAIOLI, Marcos Rogério. **Organizações e Desenvolvimento Sustentável.** Curitiba: Ibpex, 2011.

SANT'ANA, Lucas César Frediani. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: Um estudo de caso.** Disponível em: <http://www.dge.uem.br/semana/eixo3/trabalho_58.pdf>. Acessado em 12 de outubro de 2011.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** Disponível em: http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf> Acessado em 23 de Setembro de 2011.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Referencias complementares:

BERTUSSI FILHO, Luiz A. **Projeto: Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos da Cidade de Cascavel** – Estado do Paraná/Brasil. REPAMAR/REBRAMAR/NT-PARANÁ. Curitiba, Agosto de 1999. Disponível em: < <http://www.bvsde.ops-oms.org/eswww/repamar/gtzproye/maneambi/maneambi.html>>. Acessado em: 13 de outubro de 2011.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988. Artigo 30, caput: Competências dos Municípios. Acessado em 23 de Setembro de 2011.

G1 - Globo.com. **Sobe 6,8% produção de lixo no país, mas só 57% têm destino adequado.** São Paulo, 26/04/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/sobe-68-producao-de-lixo-no-pais-mas-so-57-tem-destino-adequado.html>>. Acessado em: 11 de Janeiro de 2012.

MARCIO, Antonio. **Coleta de recicláveis é insignificante em CM.** ITRIBUNA – Jornal Eletrônico. Campo Mourão, 27/01/2011. Disponível em: <[http://www.itribuna.com.br/campo-mourao/coleta-de-reciclaveis-e-insignificante-em-cm-3799/.](http://www.itribuna.com.br/campo-mourao/coleta-de-reciclaveis-e-insignificante-em-cm-3799/)> Acessado em 12 de Janeiro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE. **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos: ATA - Associação de Coletores de Resíduos Sólidos e Agentes Ecológicos – Ação para Tratamento Ambiental.** Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ. **Lei Complementar nº. 005/2007.** Plano Diretor Municipal da cidade de Goioerê/Pr.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ. **Lei Estadual n.48 de 10/08/1955.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE. **Lei Estadual Nº 12.493/99 de 22/01/1999.** Publicado no Diário Oficial Nº 5430 de 05/02/1999. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE. **Resolução Nº 313, de 29 de Outubro de 2002.** CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE. **Resolução Nº 275 de 25 de Abril de 2001**. CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA. **Semana do Meio Ambiente 2011**.

Disponível em:

<http://juranda.pr.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=115:semana-do-meio-ambiente-2011&catid=1:noticias&Itemid=4>. Acessado em 12 de Janeiro de 2012.

OHI, Luzia Kimie. **Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impactos Ambientais do Aterro Sanitário Municipal de Goioerê**. Prefeitura Municipal de Goioerê/Pr.

SUSIN, Raquel. **Primeira cidade brasileira com coleta seletiva de lixo**. Disponível em:<http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/0Lvs/Primeira_Cidade_Brasileira_Com_Coleta_Seletiva_De_Lixo>. Acessado em 13 de Outubro de 2011.

ANEXO(S)

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AO REPRESENTANTE DA ATA

Coleta Seletiva como Desenvolvimento Local Sustentável

Nome do entrevistado: _____

Formação Profissional: _____

Cargo/ocupação na ATA: _____

1. Qual o seu conceito sobre o que é o desenvolvimento sustentável?

2. Como as atividades desenvolvidas pela ATA contribuem para o desenvolvimento local sustentável da cidade?

3. Como você percebe a participação da sociedade no processo de coleta seletiva?
O que poderia ser feito para aumentar a participação da população local?

4. Quais são os objetivos econômicos, sociais e ambientais da prefeitura no processo da coleta seletiva feito pelos coletores da ATA para o desenvolvimento sustentável? E qual sua contribuição e apoio para isso?

5. Como avalia o nível de qualidade de vida dos coletores cadastrados na ATA? Quais benefícios eles tem? Qual a media de remuneração? Eles possuem outras rendas?

6. Você acha que a ATA tem atingido as expectativas e as metas estipuladas (qtde. de lixo coletado)? E o que pode ser feito e como pode ser aumentada sua importância para os coletores e a população?
